



NAÇÕES UNIDAS
ANGOLA



ANGOLA

Relatório de
Resultados ONU
2024





Prefácio da Coordenadora Residente da ONU em Angola	4
Equipa da ONU em Angola	6
Parceiros do sistema de desenvolvimento da ONU em Angola	7
Capítulo 1 – Contexto Nacional	8
Capítulo 2 - Apoio do sistema de desenvolvimento da ONU às prioridades nacionais de desenvolvimento através do Quadro de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável	12
2.1 Prioridades, resultados e realizações do Quadro de Cooperação	12
Visão Geral do Quadro de Cooperação - Áreas Prioritárias	12
Pessoas	15
Transformar a educação	15
Melhorar a saúde e Água, Higiene e Saneamento	16
Melhorar a segurança alimentar e a nutrição	22
Reforçar a protecção social	23
Paz	24
Apoio a instituições eficientes, responsáveis e transparentes	24
Reforço do Estado de direito, direitos humanos e acesso à justiça	25
Promoção da paz e da segurança, incluindo as agendas “Mulheres, Paz e Segurança (WPS) e a Paz e Segurança dos Jovens (YPS)”	29
Prosperidade	30
Apoiar cadeias de valor inclusivas e o acesso aos mercados	30
Promoção de um ambiente empresarial favorável	31
Reforçar o desenvolvimento de competências, a inovação e o emprego, o espírito empresarial	32
Melhorar o acesso inclusivo ao financiamento, às infra-estruturas e à tecnologia	33
Planeta	34
Apoiar os compromissos, os dados e os serviços no domínio do clima, incluindo as alterações no domínio das energias limpas	34
Reforçar a gestão dos riscos de desastres	36
Promover a biodiversidade e a conservação	37
Reforçar a gestão sustentável dos solos e da água	37
2.2 Apoio às parcerias e o financiamento da Agenda 2030	38
2.3 Resultados da política: ONU trabalhar em conjunto mais e melhor: ONU, coerência, eficácia e eficiência.	40
2.4 Avaliações e lições aprendidas	42
2.5 Panorama financeiro e mobilização de recursos	44
Capítulo 3 - Foco principal da Equipa da ONU para o próximo ano	50
Acrónimos	52

Prefácio

ZAHIRA VIRANI
Coordenadora Residente da ONU
Angola



Na qualidade de Coordenadora Residente do sistema das Nações Unidas em Angola, tenho a honra de apresentar o Relatório de Resultados das Nações Unidas para 2024, anunciando-o como um testemunho dos nossos esforços colectivos, parcerias e compromisso inabalável para com o povo de Angola.

Este ano marcou o início de um novo ciclo programático, este quadro é uma promessa renovada de estar ao lado de Angola na construção de um futuro de oportunidades, resiliência e dignidade para todos. O UNSDCF assenta em quatro pilares interligados:

- **Pessoas:** Investir no capital humano para libertar todo o potencial de cada indivíduo.
- **Paz:** Reforçar a governação democrática e os direitos humanos para garantir a estabilidade e a inclusão./
- **Prosperidade:** Apoiar a diversificação económica e os sistemas alimentares sustentáveis para uma nação próspera.
- **Planeta:** Promover a resiliência climática e a gestão sustentável dos recursos naturais para salvaguardar o futuro de Angola.

Na sua essência, a nossa missão tem a ver com as pessoas - as suas esperanças, lutas e aspirações. Reconhecemos os desafios que muitos angolanos enfrentam, desde as dificuldades económicas aos efeitos das alterações climáticas.

Com a expansão das Agências, Fundos e Programas signatários do UNSDCF para 25, reforçamos a nossa capacidade de responder mais eficazmente aos objectivos de desenvolvimento de Angola. O progresso só é possível através de uma verdadeira parceria e as nossas realizações não teriam sido possíveis sem a dedicação e colaboração do Governo de Angola, dos parceiros de desenvolvimento, das organizações da sociedade civil, do sector privado e das comunidades que servimos.

Ao longo de 2024, a ONU não se poupou a esforços para contribuir para trazer melhorias tangíveis à vida das pessoas. Entre as nossas muitas intervenções, estivemos ao lado do Governo angolano, apoiando os esforços para fortalecer o sistema de saúde e expandir a cobertura da vacinação contra a poliomielite, garantindo um maior acesso aos serviços de saúde. Além disso, desempenhámos um papel fundamental na promoção de recomendações políticas para o desenvolvimento do mercado de carbono, ajudando o país a financiar os ODS através dos instrumentos de financiamento climático disponíveis. As nossas contribuições não são apenas estatísticas ou relatórios, mas histórias reais de impacto, de vidas transformadas e de futuros mais risonhos.

Numa era de incerteza e de desafios globais complexos, o nosso compromisso de não deixar ninguém para trás permanece inabalável. O trabalho da ONU em Angola não é apenas sobre projectos ou políticas, é sobre esperança, dignidade e a crença de que um futuro melhor é possível para todos. Alicerçados na nossa missão, seguimos em frente com determinação, optimismo e um compromisso inabalável para com o povo de Angola.

Imagem: ©UNICEF

EQUIPA DA ONU EM ANGOLA

PARCEIROS DO SISTEMA DE DESENVOLVIMENTO DA ONU EM ANGOLA EQUIPA

Banco Africano de Desenvolvimento (BAD)
 Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC)
 CG International
 Delegação da União Europeia (UE)
 Banco Europeu de Investimento (BEI)
 Embaixada do Brasil
 Embaixada do Reino de Espanha
 Embaixada da República Popular da China
 Embaixada da República de França
 Embaixada da Turquia
 Embaixada do Reino Unido
 Embaixada dos Estados Unidos da América
 Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD)
 Gavi, a Aliança para as Vacinas
 Fundo Global (GF)
 Governo da República Federal da Alemanha
 Governo da Suécia
 Governo da Suíça
 Governo do Reino Unido
 Fundo Monetário Internacional (FMI)
 Associação Japonesa para o Programa Alimentar Mundial
 Agência Japonesa de Cooperação Internacional (JICA)
 Ministério dos Negócios Estrangeiros do Japão (MOFA)
 Embaixada Real da Noruega
 Agência dos Estados Unidos para Desenvolvimento Internacional (USAID)
 A Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias
 Banco Mundial

Imagem: ©Pexels/Abodi



Outros Parceiros de Desenvolvimento



Capítulo 1

Principais desenvolvimentos no país e no contexto regional

Imagem: © UNDP

DESTAQUES



3.9%

crescimento na agricultura



17.8%

crescimento da pesca



6 milhões

De crianças abrangidas pela campanha de vacinação contra a poliomielite

US\$ 5.5 mil milhões

Em Ajuda Humanitária Regional para apoiar

61 milhões

de pessoas afectadas por secas e inundações induzidas pelo El Niño na África Austral



Em 2024, Angola manteve-se firme no seu compromisso de criar uma sociedade pacífica, democrática e resiliente, onde as pessoas têm o poder de participar de forma igualitária e onde há crescimento económico e desenvolvimento sustentáveis. No início do ano, o Quadro de Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas 2024-2028, desenvolvido em coordenação com o Governo de Angola sob a liderança do Ministério da Economia e Planeamento, entrou no seu primeiro ano de implementação.

No plano económico, a economia angolana registou uma recuperação significativa, com um crescimento estável do PIB nos três primeiros trimestres de 2024 superior a 4%. No entanto, a transformação económica estrutural ficou aquém em termos da contribuição da indústria transformadora para o PIB (8% em 2023) e das exportações não petrolíferas e mineiras. As regiões do Sul e do Leste de Angola foram gravemente afectadas pela seca induzida pelo El Niño, o que provocou perdas agrícolas significativas, tendo 70% das famílias declarado uma redução das colheitas. Apesar destes contratempos, o sector agrícola registou um crescimento de 3,9% e o sector das pescas 17,8%. Dado que o governo identificou o agronegócio e a agricultura como os motores da industrialização e da criação de emprego nos próximos cinco anos, a revitalização do sector agrícola através de investimentos orientados, práticas sustentáveis e um melhor acesso ao mercado é fundamental para a redução da pobreza, a redução da dependência das importações, o reforço da segurança alimentar e a diversificação económica.

De um modo geral, as taxas de pobreza e de desemprego em Angola permaneciam elevadas (ambas em cerca de 31%), sendo que esta última afectava principalmente os jovens (mais de 56%). Cerca de 90 por cento das pessoas

com emprego informal eram mulheres. O Observatório da Economia Informal (OEI), uma plataforma de diálogo quadripartida, foi restabelecido em 2024, um passo crucial para alinhar a economia informal de Angola com as recomendações internacionais e propor soluções para a transição para a formalidade.

Os resultados no domínio da saúde no país revelaram uma combinação de melhorias e desafios. Os resultados iniciais do Inquérito de Indicadores Múltiplos e de Saúde actualizado (2023-2024) revelaram algumas melhorias nas taxas de mortalidade materna e de menores de cinco anos, mas um ligeiro aumento nas taxas de desnutrição crónica. Estas taxas de desnutrição persistentemente elevadas levaram Angola a aderir à Aliança Global do G20 contra a Fome e a Pobreza, comprometendo-se a tomar medidas específicas para combater a desnutrição e demonstrando um compromisso de alto nível com o desenvolvimento da primeira infância (DPI) e a nutrição. Em janeiro, um caso de circulação do poliovírus tipo 2 derivado da vacina levou a uma resposta urgente e bem sucedida de campanhas de vacinação contra a poliomielite, atingindo mais de seis milhões de crianças.

O Governo continuou a adoptar uma abordagem baseada nos direitos humanos para gerir os grupos populacionais vulneráveis. Após uma paragem de oito anos, foi retomado o registo e a emissão de documentos para os refugiados. Dado que Angola alberga 56.000 refugiados e requerentes de asilo, este desenvolvimento é crucial para o avanço da protecção e promoção dos seus direitos. As deslocções internas causadas por fenómenos climáticos extremos também continuam a ser uma preocupação. Espera-se que os próximos dados espelhem a tendência estabelecida em 2023, que testemunhou o maior número de pessoas deslocadas numa década (79.000).

Registaram-se igualmente progressos na protecção dos direitos das pessoas que vivem com o VIH (PVHIV) na sequência da revisão da lei sobre o VIH, que visa descriminalizar a transmissão, a exposição e a não divulgação do VIH, e da publicação do relatório sobre o índice de estigma, centrado nas populações-chave.

O Governo angolano também fez progressos significativos no reforço dos dados e na tomada de decisões baseadas em factos. O Grupo Intersectorial de Estatísticas de Protecção Social de Angola (GITEPS), composto por representantes das principais instituições governamentais, lançou com sucesso o primeiro Boletim de Estatísticas de Protecção Social de Angola em Dezembro de 2024. Esta publicação representa um passo crítico na monitorização e avaliação dos programas de protecção social, permitindo decisões políticas informadas para melhorar os sistemas de segurança social de Angola.

O Decreto 214/24, de 18 de outubro, aprovou o Instituto de Supervisão das Actividades Comunitárias (ISAC), instituição pública sob tutela do MASFAMU, responsável pelo acompanhamento, monitoria, fiscalização e avaliação dos programas e projectos implementados pelas Organizações Sem Fins Lucrativos que operam em Angola e dos seus fluxos financeiros.

Embora Angola tenha tomado medidas para reforçar a transparência da governação e das instituições financeiras, continuou a debater-se com a criminalidade financeira. Consequentemente, o Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI) acrescentou Angola à sua "lista cinzenta" (sob monitorização reforçada) em Outubro de 2024. A inclusão na lista tem por objectivo acelerar as reformas regulamentares para combater o branqueamento de capitais, o financiamento do terrorismo e o financiamento da proliferação.

A nível regional, Angola continuou a empenhar-se firmemente na paz e estabilidade em África e na integração regional. Angola desempenhou um papel vital nos esforços regionais para resolver o conflito no leste da República Democrática do Congo e presidiu ao Conselho de Paz e Segurança da União Africana (UA), supervisionando as discussões críticas sobre questões de paz e segurança a nível continental. Além disso, na qualidade de Presidente da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral (SADC), Angola lançou um Apelo Humanitário Regional de cerca de 5,5 mil milhões de dólares para apoiar mais de 61 milhões de pessoas afectadas pela seca e pelas cheias provocadas pelo El Niño. O Governo também liderou discussões regionais sobre a gestão da migração mista e irregular na África Austral. Afirmando a sua posição regional, a Organização Internacional do Trabalho (OIT) inaugurou um novo Escritório Nacional em Luanda, que servirá os Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP): Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé.

Na esfera internacional, os esforços de política externa e diplomacia económica de Angola culminaram com a visita do Presidente dos EUA, Joe Biden, em Dezembro de 2024. A visita, a primeira de um presidente dos EUA em exercício, sublinhou a importância estratégica de Angola. O projecto ferroviário do Corredor do Lobito foi o ponto central das discussões, uma vez que visa promover a integração económica e o desenvolvimento regional.

PRINCIPAIS TENDÊNCIAS DE DESENVOLVIMENTO E QUESTÕES EMERGENTES

Saúde materna e infantil: O relatório de indicadores-chave do DHS de 2024 revelou tendências positivas notáveis, incluindo o declínio da mortalidade de menores de cinco anos de 68 por mil nados vivos no DHS de 2016 para 52. Houve uma redução semelhante na mortalidade neonatal de 24 para 16, uma diminuição na taxa de fertilidade de 6,2 crianças por mulher em idade reprodutiva para 4,8, um declínio na mortalidade relacionada com a gravidez de 239 para 185 mortes por 100.000 nados-vivos e um aumento de 15% nas crianças menores de cinco anos com sintomas de infecção respiratória aguda que receberam aconselhamento ou tratamento numa unidade de saúde ou de um profissional de saúde. No entanto, a percentagem de crianças totalmente vacinadas com idades compreendidas entre os 12 e os 23 meses diminuiu ligeiramente de 31 para 29 por cento; a desnutrição crónica em crianças com menos de cinco anos aumentou de 38 para 40 por cento; e houve um declínio de 38 para 33 por cento nas crianças com menos de seis meses que eram alimentadas exclusivamente com leite materno.



Educação: Em 2024, o Governo publicou a Avaliação Nacional da Aprendizagem 2022-2023 no contexto da adopção de políticas públicas destinadas a melhorar a qualidade geral da educação. Esta avaliação destacou estatísticas preocupantes: apenas 37% dos alunos do 4.º ano conseguiram localizar informações textuais explícitas e 14% dos alunos do 6.º ano conseguiram efectuar conversões métricas. O Ministério da Educação (MED) comprometeu-se a resolver estas questões publicando dados sobre os resultados da aprendizagem e centrando-se na qualidade da aprendizagem básica. Angola criou um Grupo Local de Educação (GLE) para melhorar a coordenação do sector e promover o diálogo entre o governo, os parceiros de desenvolvimento e as organizações não governamentais.



Migração: Com as alterações climáticas e os conflitos a continuarem a deslocar um número crescente de pessoas na região da SADC, juntamente com uma economia em crescimento e o aumento das oportunidades criadas pelo Corredor do Lobito, espera-se que Angola continue a atrair um número crescente de migrantes que procuram melhores condições ou que fogem de situações insustentáveis. Este facto criará oportunidades importantes para Angola, nomeadamente para atrair trabalhadores qualificados para preencher algumas lacunas no mercado de trabalho. No entanto, esta situação também trará vários desafios, nomeadamente relacionados com a protecção dos migrantes, incluindo a possível exploração laboral e o tráfico de seres humanos. O Governo de Angola está actualmente a analisar a forma como as suas políticas de migração e várias políticas sectoriais podem ser adaptadas a este panorama de migração em rápida mudança no país e na região da SADC.



Imagens: 1 & 2: ©UNICEF; 3 ©UNHCR

Violência contra mulheres e crianças: Uma em cada dez raparigas entre os 20 e os 24 anos foi vítima de violência sexual, enquanto 26% das raparigas entre os 15 e os 19 anos foram vítimas de violência física. Na Conferência Mundial sobre o Fim da Violência contra as Crianças, realizada na Colômbia, o Governo assumiu compromissos de alto nível para combater a violência contra as crianças e as mulheres em 2024. Além disso, a Primeira Dama lançou a campanha “Somos Todos Iguais” para combater a violência baseada no género e promover a igualdade de género, protegendo especialmente as crianças.



Crime organizado e financeiro: A inclusão de Angola na lista cinzenta do Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI) em 2024 sublinha a urgência de reforçar o seu quadro de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo para cumprir as normas internacionais e mitigar os riscos para o seu sistema financeiro. A fraude fiscal e o tráfico continuam a prejudicar o crescimento económico, desviando receitas públicas vitais, enquanto a cibercriminalidade representa uma ameaça crescente para os sistemas financeiros, as empresas e a segurança dos dados pessoais. A corrupção continua a ser um obstáculo significativo à boa governação, prejudicando a transparência, o desenvolvimento económico e a confiança do público nas instituições. A segurança marítima é também uma preocupação crescente, com actividades ilegais como o tráfico de droga, o contrabando e a pesca ilegal a ameaçarem as economias costeiras e a estabilidade regional. Além disso, a procura mundial de minerais essenciais intensificou os riscos de exploração ilícita e de envolvimento do crime organizado, potencialmente alimentando os crimes financeiros e as ameaças à segurança em geral. A resposta a estes desafios exige quadros regulamentares reforçados, mecanismos de aplicação mais fortes e uma colaboração efectiva entre os intervenientes nacionais e regionais.



Inteligência Artificial (IA): A IA está a transformar as economias e as sociedades a um ritmo sem precedentes, mas existem riscos relacionados com o agravamento das desigualdades, a deslocação de postos de trabalho e as preocupações com a privacidade. A ONU está bem posicionada para desempenhar um papel crucial na definição de normas para a utilização da IA, promovendo a literacia digital e ajudando o governo a desenvolver políticas sólidas para tirar partido da IA, assegurando simultaneamente uma regulamentação adequada.

Mercados de carbono de elevada integridade: Angola carece de um quadro regulamentar abrangente e de capacidade institucional para se envolver efectivamente nos mercados de carbono. É crucial estabelecer um quadro político e jurídico para a verificação e emissão de créditos de carbono.

Biodiversidade: O Plano de Desenvolvimento Nacional 2023-27 tem como objectivo impulsionar o agronegócio e os investimentos nacionais e estrangeiros. A agricultura pode ameaçar a biodiversidade, os ecossistemas e os meios de subsistência, especialmente para as comunidades indígenas e as que dependem dos recursos naturais. A ONU pode intensificar os seus esforços em soluções baseadas na natureza, promovendo a conservação da biodiversidade.



Imagens: ©UNDP

Capítulo 2

Apoio do sistema de desenvolvimento da ONU às prioridades nacionais de desenvolvimento através do Quadro de Cooperação

2.1 PRIORIDADES, RESULTADOS E REALIZAÇÕES DO QUADRO DE COOPERAÇÃO

Visão Geral do Quadro de Cooperação - áreas prioritárias



PESSOAS: Desenvolvimento do capital humano

Resultado 1: Até 2028, mais pessoas, especialmente mulheres, os jovens e os mais vulneráveis, utilizam e têm acesso equitativo a serviços sociais de qualidade prestados por instituições eficazes.



PAZ: Governação democrática e Direitos Humanos

Resultado 2: Até 2028, mais pessoas, especialmente mulheres, os jovens e os mais vulneráveis, participam e beneficiam de uma governação democrática mais eficaz e inclusiva, assente nos direitos humanos, reforçando as capacidades de prevenção e promovendo a paz e a segurança na região.



PROSPERIDADE: Diversificação económica e sistemas alimentares sustentáveis

Resultado 3: Até 2028, mais pessoas, especialmente mulheres, jovens e os mais vulneráveis, participam e beneficiam de um crescimento económico mais inclusivo, diversificado e sustentável.



PLANETA: Resiliência climática e Gestão Sustentável dos Recursos Naturais

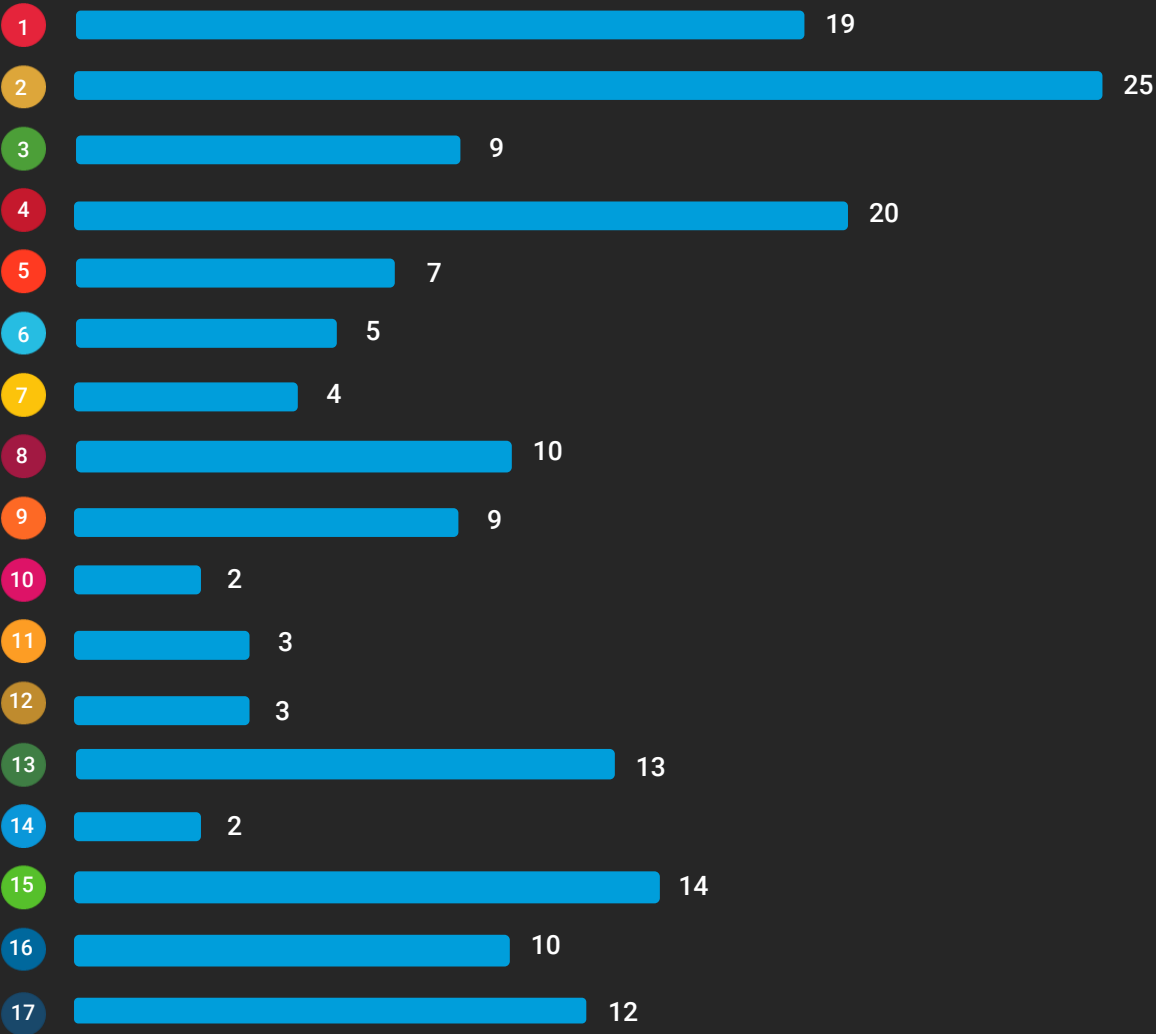
Resultado 4: Até 2028, mais pessoas, especialmente mulheres, jovens e os mais vulneráveis, beneficiam da gestão sustentável do ambiente e dos recursos naturais e são resilientes às catástrofes e às alterações climáticas.

Imagem: ©FAO

Intervenções programáticas por Área Estratégica Prioritária



Intervenções programáticas por ODS



Transformar a educação

Embora Angola tenha feito investimentos significativos na educação, são ainda necessárias reformas críticas na coordenação do sector e no financiamento da educação para atingir os seus objectivos de desenvolvimento do capital humano. Em 2024, as ONU trabalhou com o governo angolano para alargar o Grupo Local de Educação, que promove o diálogo político e a mobilização de recursos. O grupo candidatou-se com sucesso a uma subvenção de 50 milhões de dólares do Banco Mundial para reforçar a capacidade dos professores.

Outros esforços de sensibilização liderados pela ONU em parceria com a Associação para o Desenvolvimento da Educação em África e a SADC resultaram no Plano Nacional para a Melhoria dos Resultados de Aprendizagem 2024-2027 (PNA). O PNA integra o programa de ensino correctivo das Nações Unidas baseado na abordagem (Teaching at the Right Level) ou “Ensino ao Nível Certo” e centra-se no reforço da capacidade dos professores e na melhoria do acesso a um ensino de qualidade. Em sete municípios de quatro províncias, 36 574 estudantes (18 838 raparigas) beneficiaram do programa-piloto de ensino correctivo Aprendizagem na Idade Certa (AIC), iniciado pela ONU, durante o ano lectivo de 2024-2025. Um total de 662 professores e directores pedagógicos (528 mulheres) receberam formação para ministrar ensino de recuperação em português e matemática a alunos do terceiro ao quinto ano de escolaridade.

Em colaboração com o Ministério da Educação, 18.582 estudantes (75% raparigas) em 363 escolas de 18 províncias participaram na Educação Sexual Abrangente (ESA), reforçando os seus conhecimentos e competências sobre saúde sexual e reprodutiva e autonomia corporal. Estas sessões de ESA foram implementadas através da metodologia de educação pelos pares dos clubes escolares.

Para criar um ambiente seguro e de apoio nas escolas, foi criado um mecanismo de queixa contra a violência baseada no género (VBG) em 450 escolas, através da instalação de 450 caixas de queixa. A ONU continua a ajudar o Ministério da Educação a implementar estes mecanismos de queixa e de comunicação nas escolas e a resolver os casos de violência baseada no género. Como parte deste apoio, em 2024, foram criados mecanismos de coordenação multi-sectorial em três províncias, envolvendo as principais partes interessadas, incluindo o Instituto Nacional da Criança de Angola e os gabinetes provinciais para a acção social, família e género; polícia; e saúde.

36,574

Alunos participaram no programa de ensino de recuperação “Aprendizagem na Idade Certa”

662

Professores e os directores pedagógicos receberam formação para ministrar o ensino de recuperação

18,582

Alunos participaram numa educação sexual abrangente

Pessoas

Melhorar a saúde e Água, Higiene e Saneamento

Com o apoio financeiro da União Europeia, a ONU prestou assistência técnica para a revisão da lei de base da saúde em Angola e a elaboração do Plano de Desenvolvimento Nacional do Sector da Saúde 2023-2027, alinhando-os com as estratégias nacionais, como o Angola 2050, e os compromissos internacionais, incluindo os ODS. A lei de bases da saúde revista proporciona um quadro jurídico que garante o acesso equitativo aos cuidados de saúde e estabelece a responsabilidade pela prestação de serviços de saúde.

248,133

Crianças receberam a sua primeira vacina

95%

Municípios cobertos pela campanha de vacinação contra a pólio

Saúde materna, neonatal e infantil

Angola está a dar passos firmes em direcção à imunização universal. Em 2024, 248.133 crianças receberam a sua primeira vacina, um aumento de 198 por cento em relação a 2023. Embora este resultado demonstre um progresso constante no sentido de melhorar a cobertura vacinal, persistem lacunas de equidade na imunização de rotina, com menos municípios a atingir os objectivos de cobertura. Para colmatar estas lacunas, serão necessários modelos de prestação inovadores para abordar as disparidades. A ONU também apoiou a elaboração da primeira Estratégia Nacional de Promoção da Saúde, que inclui um plano de promoção da vacinação de rotina centrado nos meios de comunicação social e no envolvimento da comunidade.

Um surto de poliomielite em 2024 levou o Ministério da Saúde, apoiado pelas Nações Unidas, a dar uma resposta abrangente, planeando e implementando três rondas de

campanhas contra a poliomielite. Estas campanhas de vacinação atingiram mais de seis milhões de crianças e alcançou taxas de cobertura administrativa superiores a 95 por cento em 162 dos 164 municípios - uma melhoria substancial em relação a 2023. As campanhas reforçaram a imunidade das crianças mais vulneráveis com menos de cinco anos de idade no país.

O apoio das Nações Unidas à saúde materna, neonatal e infantil também incluiu a integração de medidas preventivas para as infecções sexualmente transmissíveis (IST) e a tuberculose (TB) nos serviços de cuidados pré-natais de rotina. Juntamente com o segundo Plano Estratégico para a Segurança Alimentar e Nutricional aprovado, que enfatiza a promoção do aleitamento materno, a redução da desnutrição e a melhoria dos resultados da saúde materna e infantil, Angola está mais bem equipada para enfrentar os desafios de saúde enfrentados pelas mulheres e crianças.

Manuel Gomes Xavier: Um herói local na luta pela vacinação infantil

Numa aldeia remota do município de Cacula, situada na província angolana da Huíla, está a ter lugar uma revolução silenciosa. Liderada pelo jovem compassivo e dedicado Manuel Gomes Xavier, esta revolução não é travada com armas, mas com palavras, empatia e determinação implacável.

Manuel é um dos 867 heróis locais formados pelas autoridades sanitárias provinciais e municipais da Huíla para participar no projecto-piloto financiado pelo Governo da Coreia e apoiado pela ONU. O projecto visa garantir que todas as crianças recebam as vacinas essenciais e pessoas como Manuel estão no centro desta iniciativa. Ele está a fazer progressos em áreas onde o acesso aos cuidados de saúde é limitado, graças à sua capacidade de falar umbundu, a língua falada na região, aos seus conhecimentos e a uma profunda ligação à sua comunidade.

“Caminhei durante muito tempo”, recorda Manuel, com a voz timbrada pelo peso da sua missão. “Conheci uma avó que me contou que as filhas tinham saído da aldeia em busca de uma vida melhor, deixando os filhos pequenos ao seu cuidado. Nenhum deles foi vacinado”. Este encontro comovente é apenas um dos muitos que levam Manuel a continuar a sua incansável caminhada.

O mapeamento comunitário de crianças com dose zero combina inovação e tradição para gerar provas online em tempo real através de telemóveis pertencentes a voluntários registados nas suas comunidades. Mais de 80.000 crianças foram mapeadas nos seis municípios abrangidos pelo projecto-piloto - Cacula, Chibia, Chicomba, Humpata, Lubango e Matala.

Ao chegar às crianças com menos de cinco anos de idade que não foram vacinadas ou tinham um cartão de vacinação incompleto, voluntários empenhados como o Manuel estão também a reforçar a cultura de dados em Angola. O seu trabalho dedicado ajuda os governos provinciais e municipais a demonstrar que é mais eficaz tomar decisões em matéria de saúde pública com base em necessidades avaliadas.



Jovens e adolescentes

Mais de 74.000 adolescentes entre os 15 e os 19 anos tornaram-se novos utilizadores de métodos contraceptivos modernos, de acordo com o sistema de informação da Direção Nacional de Saúde Pública. Esta melhoria na utilização deveu-se a um investimento crítico de \$900.000 dólares americanos na aquisição e distribuição de contraceptivos modernos ao abrigo da Parceria Global para Fornecimentos, na sequência da assinatura pelo Ministério da Saúde da Iniciativa Global de Planeamento Familiar 2030.

Para garantir a continuação da utilização de contraceptivos pelos jovens, cerca de 1.000 prestadores de cuidados de saúde e mobilizadores sociais reforçaram os seus conhecimentos sobre Saúde Sexual e Reprodutiva dos Adolescentes (SRH), Planeamento Familiar e Gestão da Cadeia de Abastecimento. Além disso, 415.000 raparigas receberam roupa interior menstrual absorvente e formação organizada em colaboração com o Ministério da Educação. Angola continua a destacar-se na Gestão da Saúde Menstrual, o que é evidenciado pelo seu prémio de primeiro lugar na Categoria de Saúde Menstrual no Ensino Primário (5ª e 6ª classes) durante as celebrações do 10º Aniversário do Programa de Salvaguarda de Jovens (SYP). O Ministério da Educação formou professores de mais de 150 escolas primárias e secundárias em saúde menstrual e mais de 30.000 raparigas e rapazes adolescentes receberam informação sobre saúde menstrual.

No âmbito do SYP, uma delegação de Angola visitou a Namíbia em Agosto de 2024 para trocar experiências sobre o apoio a adolescentes e jovens em questões de educação sexual abrangente, com ênfase nas zonas fronteiriças partilhadas. A iniciativa procurou reforçar práticas e políticas para melhorar o acesso dos jovens aos serviços de saúde, centrando-se na prevenção do VIH, redução da gravidez precoce e promoção da igualdade de

género. Foi elaborado um relatório que documenta os resultados da visita, servindo de base para melhorar as novas políticas em Angola, de modo a permitir que os adolescentes e os jovens façam escolhas informadas e e atinjam o seu pleno potencial. Para equipar ainda mais os jovens para gerirem a sua saúde física e mental, o SYP Angola estabeleceu uma parceria com o Trauma Resource Institute e a Universidade Emory, nos EUA, para implementar um modelo comunitário de resiliência ao trauma. Foram formados 50 Educadores de Pares e Supervisores e Assistentes Provinciais do SYP. O modelo ajuda os adolescentes e os jovens a compreenderem as raízes do stress traumático e ensina-lhes competências específicas para lidarem com eventos adversos e como voltarem ao equilíbrio do corpo, mente e espírito depois de passarem por eventos traumáticos.

O Ministério da Juventude e Desportos (MINJUD) também demonstrou uma vontade excepcional pela inovação através de soluções digitais. Criou a aplicação digital Oi Kambas, baseada no TuneMe, e adaptou-a ao contexto angolano. A aplicação foi lançada numa das estações de televisão mais populares de Angola, a TV Zimbo, que tem continuado a promover conversas regulares sobre Saúde Sexual Reprodutiva (SSR).

Para além disso, desde 2023, o MINJUD tem vindo a utilizar a Plataforma SMS Jovem. A plataforma permite que adolescentes e jovens interajam com conselheiros que lhes fornecem informações correctas e os ajudam a fazer escolhas saudáveis e informadas sobre a sua Saúde Sexual Reprodutiva. Actualmente, mais de 100.000 utilizadores, na sua maioria adolescentes e jovens, estão registados na plataforma, contribuindo para melhorar o conhecimento sobre a SSR, a prevenção do VIH/DST e a VBG.



O sonho de Deusa: Superar a gravidez na adolescência

Aos 18 anos, Deusa Agostinho já conhece os desafios de conciliar a maternidade com a realização dos seus sonhos. Sempre sonhou com uma carreira de contabilista, mas uma gravidez inesperada aos 17 anos trouxe um misto de medo e incerteza. “Quando descobri que estava grávida, o meu medo era contar ao meu pai... No início, não fiquei muito contente com isso”, confessou Deusa.

No entanto, a história de Deusa é uma história de resiliência. Com o apoio inabalável da sua família e da comunidade, encontrou forças para continuar a estudar, frequentando a escola noturna enquanto cuidava da sua filha de 5 meses. “Não parei os meus estudos. Estou a continuar os meus estudos. Ainda tenho esperança de me tornar a contabilista com que sempre sonhei.”

A determinação de Deusa é evidente. A sua história realça a importância dos sistemas de apoio às jovens mães, permitindo-lhes ultrapassar obstáculos e atingir os seus objectivos. A ONU em Angola dedica-se a empoderar raparigas como a Deusa, proporcionando-lhes acesso à educação, aos cuidados de saúde e a oportunidades de prosperar.

Ao investir nas raparigas, estamos a investir num futuro melhor para todos.

Imagem: ©UNFPA



Doenças infecciosas

Angola também demonstrou um nível louvável de preparação e uma resposta rápida à ameaça emergente da Variola Dos Macacos. Com o surto global a suscitar preocupações, as agências da ONU desempenharam um papel fundamental na coordenação e no apoio aos esforços nacionais de prevenção, detecção e controlo da Variola Dos Macacos. Estes esforços incluíram o reforço da capacidade laboratorial, o fornecimento de kits de diagnóstico de reação em cadeia da polimerase (PCR) e a formação em biossegurança para o pessoal de laboratório. As campanhas de comunicação de risco e o envolvimento da comunidade aumentaram a sensibilização para os sintomas, a transmissão e as medidas de prevenção da Variola Dos Macacos, promovendo a confiança do público e reduzindo o estigma. A ONU também prestou assistência técnica e apoio a outras emergências de saúde pública múltiplas, incluindo o tétano materno e neonatal e os surtos de sarampo.

Para reforçar a capacidade de resposta de Angola a emergências de saúde pública, foi adquirido e entregue equipamento de oxigénio médico, cuja instalação de tubos deverá começar em Dezembro de 2024 em três províncias e oito unidades de saúde. Foram adquiridos dois incineradores para melhorar a gestão dos resíduos de saúde. Serão instalados em dois hospitais e servirão as unidades de saúde das zonas circundantes. Tirando partido da sua experiência na cadeia de abastecimento e da sua vasta capacidade, as Nações Unidas prestaram ao Governo serviços de abastecimento eficientes e de elevada qualidade, fornecendo material médico e não médicos que salvam vidas a áreas remotas e reforçando a resiliência e a eficiência do sistema nacional de saúde.

Resposta ao VIH

Em 2024, a resposta angolana ao VIH centrou-se no reforço de sistemas eficazes, equitativos e sustentáveis para atingir as metas de 2030, ao mesmo tempo que enfrentava numerosos desafios financeiros e técnicos. Com o apoio da ONU, vigilância orientada, estratégias de prevenção inovadoras, envolvimento da comunidade e esforços de defesa dos direitos humanos, Angola deu passos significativos em direcção a uma resposta mais inclusiva ao VIH.

Em estreita parceria com o governo angolano, a ONU prestou assistência técnica para rever a desactualizada lei do VIH de 2004, reactivar a rede de Pessoas Vivendo com VIH, e defendeu com sucesso a aprovação da Resolução 60/2 sobre a Mulher, a Criança do sexo feminino e o VIH durante a 68ª sessão da Comissão sobre o Estatuto da Mulher (CSW68).

Em relação à vigilância do VIH, a ONU apoiou a implementação de um inquérito de Vigilância Biológica e Comportamental Integrada (IBBS) para populações-chave (homens que têm sexo com homens, indivíduos transgénero e mulheres trabalhadoras do sexo) e prisioneiros; uma auditoria de pacientes em doze províncias para identificar o número de Pessoas Vivendo com VIH activas a receber tratamento; um estudo para descobrir os factores associados à transmissão do VIH de mãe para filho; um estudo de viabilidade sobre o autodiagnóstico do VIH e a profilaxia pré-exposição (PrEP), e uma avaliação da Terapia Directamente Observada (community-DOT) para a adesão ao tratamento da Tuberculose.

As Nações Unidas continuaram a apoiar as visitas de supervisão provincial a nível nacional e participaram em acções governamentais de alto nível para o Fim da SIDA Pediátrica em cinco províncias com elevadas taxas de infecção entre as crianças. As actividades abrangentes de sensibilização, testagem e tratamento do VIH continuaram a centrar-se na melhoria dos serviços para populações-chave, jovens, mulheres grávidas e refugiados.

Além disso, com o apoio técnico das Nações Unidas, foram lançadas três iniciativas importantes: Plano de Aceleração da Prestação de Serviços Diferenciados de VIH; o Plano Operacional Geração Sem SIDA liderado pela Primeira Dama, Sua Excelência, Ana Dias Lourenço; e o Relatório do Índice de Estigma.

Apesar destes avanços, Angola enfrenta desafios contínuos para alcançar os objectivos de 2025 para a sua resposta ao VIH e garantir um maior financiamento para inverter as infecções pelo VIH. Com a assistência técnica

Água, Higiene e Saneamento

ONU continuou a executar projectos destinados a garantir o acesso dos grupos vulneráveis à água, higiene e saneamento. A iniciativa regional “More Water More Life” sobre a investigação e o mapeamento das águas subterrâneas profundas está em curso para melhorar os conhecimentos e aumentar a sustentabilidade dos futuros projectos hídricos baseados nas águas subterrâneas.

O projecto piloto de saneamento simplificado para as zonas periurbanas, em Mulenvos (província de Luanda), está em curso e será concluído em 2025. Os resultados do projecto-piloto serviram de base a dois guias técnicos sobre a mobilização social para o saneamento simplificado e a concepção de sistemas simplificados de recolha de águas residuais. Estes guias irão orientar as entidades governamentais e o sector da construção na contextualização do saneamento simplificado. No âmbito de uma iniciativa de cooperação Sul-Sul sobre sistemas de saneamento simplificado, os guias foram traduzidos para inglês e estão agora a ser utilizados pelo Eswatini, que planeia iniciar projectos de saneamento simplificado.

Os esforços directos de envolvimento da comunidade e de mudança social e comportamental através do projecto de Saneamento Total Liderado pela Comunidade (CLTS) foram concluídos em 2024 e resultaram em 25 096 pessoas (6 299 mulheres, 5 512 homens, 7 200 raparigas, 6 085 rapazes, incluindo 277 pessoas com deficiência) que utilizam pelo menos unidades de saneamento básico e de lavagem das mãos. Destas, 12 474 pessoas vivem actualmente em comunidades sem defecação ao ar livre.

Através da resposta humanitária à seca (apoiada pelo Fundo Central de Resposta de Emergência), a ONU reabilitou 33 sistemas solares de água nos municípios do Lubango, Chibia e Humpata, chegando a 68.183 pessoas (16.281 homens, 19.010 mulheres, 14.826 rapazes, 18.066 raparigas, incluindo 759 pessoas com deficiência) com água potável.

da ONU, foi iniciado o desenvolvimento do Roteiro de Sustentabilidade do VIH, enquanto o apoio contínuo à implementação do Fundo Global (GC7) e a defesa do envolvimento da comunidade continuam a reforçar a coordenação e a monitorização da resposta ao VIH.

Em termos de prevenção do VIH, em 2024, o programa nacional de VIH incorporou uma componente de VIH na Educação Sexual Abrangente (ESA) nas escolas através da sensibilização e do apoio técnico da ONU. Os 366 mobilizadores (65 por cento do sexo feminino) e 7.439 mentores de jovens (78 por cento do sexo feminino) que foram formados em CSE/SSR adolescente, desenvolveram os seus conhecimentos sobre o VIH/SIDA e formaram adolescentes e jovens, com o apoio dos pontos focais provinciais de VIH.



25,096

Pessoas utilizam agora unidades de saneamento básico e de lavagem das mãos

33

Sistemas solares de água que permitem abastecer

68,183

pessoas com água potável

Melhorar a segurança alimentar e a nutrição

Utilizando uma abordagem ao longo do ciclo de vida para combater a desnutrição e melhorar os resultados nutricionais entre as pessoas em risco, o Ministério da Saúde estabeleceu uma parceria com a ONU para rastrear 949.424 crianças com menos de cinco anos de idade para a desnutrição aguda, tendo sido admitidas 59.246. Cerca de 48 000 crianças com menos de cinco anos e mulheres e raparigas grávidas e a amamentar receberam também apoio nutricional que salvou vidas. Este apoio incluiu pessoas em áreas afectadas pela seca e províncias com algumas das taxas globais mais elevadas de desnutrição aguda. Nas províncias afectadas pela seca, a ONU prestou assistência alimentar através de vales de produtos de base às famílias de crianças diagnosticadas com desnutrição aguda moderada (31.000 pessoas abrangidas), melhorando a segurança alimentar e os resultados do tratamento. Os dados de controlo revelaram uma taxa de recuperação de 89%, superior às normas internacionais do SPHERE (>75%). Os dados demonstram a eficácia e o impacto da abordagem abrangente e de base comunitária adoptada pela ONU, que combina o fornecimento de alimentos nutritivos especializados (SNF) com a assistência alimentar, o reforço de capacidades e a comunicação de mudanças sociais e comportamentais para obter resultados nutricionais positivos. Cerca de 5.600 refugiados da República Democrática do Congo que residem no assentamento do Lóvuva, na província da Lunda Norte, também beneficiaram de transferências incondicionais de alimentos.

Para que Angola atinja os seus objectivos de segurança alimentar, diversificação económica e melhoria dos meios de subsistência nas zonas rurais, é imperativo reforçar o capital humano no sector agrícola. Através do Projecto de Reforço da Resiliência dos Pequenos Agricultores (SREP) e do Projecto de Desenvolvimento e Comercialização da Agricultura dos Pequenos Agricultores (SAMAP), mais de 82 extensionistas empregados pelo governo receberam formação sobre a Metodologia das Escolas de Campo para Agricultores e sobre questões transversais como o género, a nutrição e as alterações climáticas. O pessoal formado replicou depois esta formação aos pequenos agricultores nas escolas de campo e nas comunidades. Como resultado, 37.390 pequenos agricultores foram equipados com melhores conhecimentos e técnicas de produção agrícola para melhorar a sua produtividade agrícola.

Além disso, as Nações Unidas, em colaboração com o projecto de Fortalecimento da Resiliência e da Segurança Alimentar e Nutricional em Angola (FRESAN), o Ministério da Agricultura e Florestas (MINAGRIF) e o Ministério da Saúde (MINSa), reforçaram as capacidades nacionais através da formação de mais de 100 técnicos do sector público na recolha e análise de dados sobre segurança alimentar e nutricional, utilizando os protocolos da Classificação Integrada das Fases de Segurança Alimentar (IPC). A avaliação abrangeu seis províncias e 21 municípios severamente afectados pela seca induzida pelo El Niño. Estes esforços contribuíram directamente para o relatório da Classificação Integrada das Fases de Segurança Alimentar (IPC) de 2024, fornecendo dados essenciais para a tomada de decisões, a alocação de

recursos e intervenções direccionadas para lidar com a insegurança alimentar e a desnutrição em Angola.

Através da Iniciativa 50x2030, que visa transformar os sistemas de dados agrícolas em 50 países de rendimento baixo e médio-baixo até 2030, a ONU apoiou a criação do Inquérito Contínuo à Agricultura e Pescas (ICAPP) para reforçar os sistemas nacionais de dados agrícolas e colmatar lacunas críticas na disponibilidade e utilização de dados. Alinhado com o Recenseamento Agrícola e das Pescas (RAPP) de 2019/2020, o ICAPP reforça a capacidade do Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística (GEPE) do Ministério da Agricultura e Florestas (MINAGRIF) para realizar inquéritos agrícolas de alta qualidade. Esta iniciativa melhora a recolha, a análise e a utilização de dados, assegurando a elaboração de políticas baseadas em factos para promover a segurança alimentar, a sustentabilidade e a resiliência climática. Ao promover um ecossistema de dados robusto, a ONU contribui para a tomada de decisões informadas e para o desenvolvimento sectorial a longo prazo em Angola.



Geração de dados e provas para a elaboração de políticas baseadas em factos

Em 2024, a ONU apoiou o primeiro Censo Digital da População e Habitação do país através de assistência técnica ao Instituto Nacional de Estatística (INE). As agências da ONU também apoiaram o INE no processamento dos dados e na elaboração de um relatório preliminar do Inquérito de Indicadores Múltiplos e Saúde (IIMS) 2025-2026. Estes esforços visam fazer avançar a geração de dados actualizados, que acabarão por contribuir para a elaboração de políticas baseadas em dados concretos, o desenvolvimento inclusivo, o reforço dos sistemas estatísticos nacionais e o acompanhamento dos Objectivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).



Reforço da protecção social

A evolução dos desafios do mercado de trabalho obrigou Angola a rever as políticas e leis que regem a protecção social e a economia informal. Em Dezembro de 2024, com o apoio da ONU, Angola lançou o seu primeiro Boletim de Estatísticas de Protecção Social. Este marco seguiu-se à formalização do Grupo Intersectorial de Estatísticas de Protecção Social de Angola (GITEPS), pioneiro no progresso transformador no panorama da protecção social de Angola e trazendo uma governação baseada em evidências dos programas de protecção social em Angola.

Enquanto Angola procura redesenhar o Programa de Redução da Pobreza do país, a ONU está a apoiar a actualização do Índice de Pobreza Multidimensional de Angola (MPI) para incluir medidas sobre a pobreza infantil e feminina. A inclusão destas medidas permitirá uma compreensão mais clara das causas, padrões e localizações da pobreza infantil e feminina. A ONU também prestou assistência técnica e liderou acções de advocacia que influenciaram a concepção da segunda fase do programa emblemático de transferências monetárias de Angola, o Kwenda. Estes esforços resultaram na integração de uma componente dedicada ao capital humano, centrada nas vulnerabilidades das crianças pequenas, incluindo o Desenvolvimento na Primeira Infância (DPI), a nutrição e o registo de nascimento, e representam um passo significativo na integração de soluções centradas nas crianças nos sistemas nacionais de protecção social.

Abordar as principais lacunas dos programas e desenvolver capacidades de serviço para a inclusão da deficiência é um aspecto importante para alcançar os mais desfavorecidos. A ONU defendeu a inclusão de dados mais amplos sobre as pessoas com deficiência no Censo de 2024, garantindo a recolha de dados essenciais para um melhor planeamento e orçamentação para as pessoas com deficiência.

A ONU produziu várias análises abrangentes do Orçamento do Estado para 2024. Estas avaliações centraram-se na definição de prioridades, equidade e eficiência nos sectores sociais. Para além das análises sectoriais tradicionais, foram introduzidos três novos resumos sobre Género, Pessoas com Deficiência e Inclusão, e Protecção da Criança. Estas análises contribuíram para um aumento significativo das verbas atribuídas aos sectores sociais. Por exemplo, uma análise da ONU do Orçamento do Estado através de uma lente de pessoas com deficiência e inclusão também revelou que apenas 0,12% do Orçamento de 2024 foi afectado à programas relacionados com as pessoas com deficiência. Esta visão facilitou o envolvimento de alto nível com o MINFIN e os parlamentares, o que resultou num aumento de 200 por cento na verba destinada a programas relacionados com as pessoas com deficiência no Orçamento de 2025.



Apoiar instituições eficientes, responsáveis e transparentes

Para reforçar as capacidades nacionais e aumentar a transparência e a responsabilidade das instituições públicas, a ONU prestou assistência técnica e apoio à aplicação das recomendações do Grupo de Acção Financeira Internacional (GAFI) e ao desenvolvimento de um sistema eficaz de luta contra o branqueamento de capitais e os fluxos financeiros ilícitos através de 22 actividades de reforço das capacidades. Estas actividades destinaram-se a investigadores financeiros e criminais, magistrados, procuradores, supervisores, profissionais do sector financeiro e empresas e profissões não financeiras designadas (APNFD) que estão envolvidos em investigações, acções penais e supervisão do branqueamento de capitais. No total, participaram 841 pessoas (271 do sexo feminino) de todas as províncias de Angola, garantindo uma abordagem inclusiva do reforço das capacidades. Como resultado, registou-se um aumento no número de investigações de branqueamento de capitais, juntamente com uma melhor coordenação entre as principais instituições responsáveis pelo combate aos crimes financeiros.

Dado que as mulheres estão sub-representadas na investigação e prevenção dos crimes financeiros, as Nações Unidas organizaram um seminário especializado sobre a prevenção do branqueamento de capitais destinado exclusivamente a participantes do sexo feminino dos sectores policial, judiciário e do Ministério Público de todas as províncias. Esta formação melhorou as suas competências técnicas e incluiu uma sessão dedicada à capacitação das mulheres nas suas profissões. A ONU também apoiou a participação de Angola na conferência “Empowering Women Leaders: Mainstreaming Gender Perspectives in Money Laundering and Countering the Financing of Terrorism”, reforçando o compromisso do país em integrar as perspectivas de género e reforçar o papel das mulheres na tomada de decisões e nas respostas operacionais aos desafios do Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo (AML/CFT).

841

Profissionais envolvidos em investigações, acções penais e supervisão em matéria de branqueamento de capitais receberam formação.

204

Estudantes universitários deram palestras sobre a luta contra o branqueamento de capitais e o financiamento do terrorismo

Imagem: ©Cardoso Lopes/Pexels



Imagem: ©UNODC

Ao longo de 2024, a ONU empenhou-se activamente em esforços de sensibilização para consciencializar os jovens sobre os riscos dos crimes financeiros e a importância da integridade e do Estado de direito. No âmbito destas iniciativas, 204 estudantes da Universidade Independente de Angola (UNIA) tiveram a oportunidade de aprender sobre a luta contra o branqueamento de capitais, os fluxos financeiros ilícitos e o papel da cooperação internacional no combate ao crime organizado. Além disso, 150 estudantes participaram num diálogo com jovens sobre o impacto negativo do branqueamento de capitais e do crime organizado. Foram encorajados a promover activamente a transparência, a responsabilidade e a liderança ética nas suas comunidades e futuras profissões.

Além disso, a ONU apoiou os esforços do Governo para responder aos desafios em matéria de segurança, nomeadamente o tráfico de seres humanos, o contrabando de migrantes e o tráfico de armas, em conformidade com a UNTOC e o seu mecanismo de revisão através da Iniciativa Piloto Voluntária (IPV). Como resultado da iniciativa, foram identificadas prioridades conjuntas para avançar em colaboração, incluindo a sensibilização das pessoas para prevenir crimes e reforçar a segurança pública, os serviços de informação e as denúncias na luta contra o tráfico de pessoas. Está a ser criada uma Plataforma Nacional da Sociedade Civil como um meio estratégico e sustentável para o Governo envolver as partes interessadas não governamentais na implementação das prioridades e acções acordadas e na luta global contra o crime organizado, em conformidade com a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional (UNTOC) e o seu Mecanismo de Revisão.

ONU continuou a apoiar a Procuradoria-Geral da República nos seus esforços para recuperar bens roubados e combater os fluxos financeiros ilícitos, prestando assistência técnica, facilitando parcerias internacionais e reforçando os mecanismos de recuperação de bens em Angola. Num evento paralelo à Conferência da UNTOC, Angola demonstrou o seu

empenho na recuperação de activos, centrando-se nas reformas legislativas, no reforço das capacidades institucionais e na cooperação internacional como pilares fundamentais da sua estratégia. As autoridades angolanas apresentaram os seus progressos no rastreio e repatriamento de activos ligados à corrupção e ao branqueamento de capitais, ao mesmo tempo que enfrentaram os desafios das investigações transfronteiriças e dos processos judiciais.

Estes compromissos reforçaram o empenhamento de Angola no reforço da cooperação internacional no combate à corrupção e aos crimes financeiros. A participação na Globe Network foi particularmente significativa, uma vez que reforçou a capacidade de Angola para investigar a recuperação de activos relacionados com a corrupção através da colaboração global. Entretanto, a reunião dos Procuradores da África Austral (SAHOP) constituiu uma plataforma vital para os procuradores angolanos interagirem com os seus colegas da África Austral, reforçando a coordenação em casos de crimes financeiros transnacionais e de recuperação de activos. Estas redes informais desempenham um papel crucial na facilitação da troca rápida de informações, da coordenação operacional e das melhores práticas entre jurisdições, permitindo esforços mais eficazes de detecção, congelamento e confisco de bens.

Capacitar os peritos nacionais para assumirem um papel de liderança nos esforços de reforço de capacidades para combater os crimes financeiros em Angola é vital para garantir a sustentabilidade dos esforços nacionais de formação em Combate ao Branqueamento de Capitais e ao Financiamento do Terrorismo (AML/CFT). Os profissionais de todo o país foram formados para equipar um grupo mais alargado de profissionais com conhecimentos essenciais e experiência prática em AML/CFT. Para além da aquisição de conhecimentos e competências essenciais, os esforços de formação também promoverão uma forte rede de profissionais locais capazes de liderar futuras iniciativas de reforço de capacidades.

Reforçar o Estado de direito, os direitos humanos e o acesso à justiça

Acabar com a violência baseada no género

A fim de alargar o âmbito da lei para abordar a VBG, reforçar a protecção de grupos vulneráveis, incluindo pessoas LGBTI, e avançar com os esforços para desafiar normas sociais discriminatórias, o MASFAMU realizou consultas públicas em todas as 18 províncias de Angola. Estas sessões foram realizadas para recolher contributos multidisciplinares para o projecto de revisão da Lei da Violência Doméstica (Lei 25/11). As consultas atraíram um vasto leque de partes interessadas, incluindo representantes do governo local, OSCs, autoridades religiosas e tradicionais, estudantes universitários, agentes da autoridade, magistrados e outros actores-chave. Com o apoio da ONU, o MASFAMU organizou consultas públicas em dois municípios do Cuanza Sul (Sumbe e Porto Amboim) e nos municípios de Benguela e Lobito, envolvendo um total de 429 participantes (213 mulheres e 216 homens). Para além disso, foram realizadas duas consultas específicas na província de Luanda com OSC e grupos populacionais chave.

A ONU também defendeu o alargamento do conceito de violência doméstica para incluir questões-chave como a Violência contra as Crianças (VAC), abordando a lacuna legal associada a uma idade mínima para o consentimento sexual, a proibição do casamento infantil, os castigos corporais e as acusações de feitiçaria. Uma missão Sul-Sul a Cabo Verde, coordenada pelo MASFAMU e pela ONU, facilitou o intercâmbio de melhores práticas que foram integradas na revisão final da Lei 25/11.

Demonstrando ainda mais o seu empenhamento em acabar com a VAC, Angola aderiu à Aliança Global

contra a Violência Contra as Crianças na Conferência interministerial na Colômbia. Foram assumidos três compromissos de alto nível: a revisão legal e o reforço da criminalização da violência contra as crianças, especialmente a violência sexual; a melhoria dos mecanismos de coordenação entre os intervenientes e os serviços de protecção da criança; e um aumento global das verbas para a protecção da criança até 2027.

Os membros dos serviços de aplicação da lei, do sistema judicial e do Ministério Público receberam formação sobre a violência baseada no género, centrada na abordagem dos crimes relacionados com o género e no reforço das respostas institucionais. Além disso, a ONU organizou um seminário de três dias sobre reforço das capacidades para as partes interessadas, incluindo o MININT. O workshop centrou-se na integração do género na prevenção do crime para contribuir para um sistema de justiça criminal mais equitativo e eficaz em Angola. ONU também participou numa Iniciativa da Polícia Nacional sobre a resposta da polícia à violência baseada no género, sensibilizando para os principais desafios e promovendo as melhores práticas para melhorar as respostas institucionais.

O envolvimento de homens e rapazes é vital para prevenir e acabar com a VBG. O MASFAMU, apoiado pela ONU, realizou um workshop sobre masculinidades positivas, criando um espaço de diálogo e reflexão. Mais de 80 participantes exploraram diversas perspectivas, estudos de caso e metodologias baseadas em evidências para envolver homens e rapazes na busca de uma sociedade mais equitativa, desafiando e desconstruindo estereótipos de género.



Dados e relatórios sobre a igualdade de género e o empoderamento das mulheres

O Observatório de Género de Angola (OGA) online, que assegura a recolha e disseminação de dados fiáveis sobre o género para políticas sensíveis ao género, foi agora institucionalizado através de um Decreto Presidencial (DP n.º 273/24), aprovado em Outubro de 2024. Isto assegura um sistema nacional de indicadores de género para a planificação e orçamentação. Além disso, a assistência técnica da ONU à Comissão Intersectorial para a Elaboração dos Relatórios Nacionais de Direitos Humanos (CIERNDH) resultou na apresentação por Angola de três relatórios periódicos na 81ª sessão da Comissão Africana dos Direitos Humanos e dos Povos (CADHP) - um dos três únicos países a fazê-lo. Estes incluíram relatórios sobre a Carta Africana dos Direitos Humanos e dos Povos, o Protocolo de Maputo sobre os Direitos das Mulheres em África e a Convenção da União Africana para a

Protecção e Assistência às Pessoas Deslocadas Internamente em África (Convenção de Kampala).

A ONU lançou a primeira Comunidade de Prática Bilateral de Justiça Ambiental Angola-Zâmbia, que inclui os Comitês Locais de Direitos Humanos (LHRC) de quatro províncias de Angola e seis organizações da sociedade civil. Para continuar a reforçar a capacidade de governação local a nível nacional, a ONU colaborou com os OALE (Organismos de Administração Estatal Local) em múltiplas iniciativas de reforço das capacidades em matéria de recolha de dados, análise e estatísticas, bem como de planeamento e gestão das energias renováveis numa perspetiva de género e de direitos humanos.



Mulheres angolanas na luta contra a violência baseada no género

A violência contra mulheres, raparigas e crianças em Angola é alarmante. Muitas raparigas adolescentes e mães são sobreviventes de abusos físicos, emocionais e sexuais, perpetrados no seio da família e na sociedade em geral. Para as mães raparigas, a situação é ainda mais difícil. Estas jovens mulheres, muitas vezes esquecidas, enfrentam responsabilidades precoces, exclusão social e económica e, em muitos casos, uma profunda falta de apoio psicológico e institucional.

Para Lúcia David, activista social, situações como essa geram traumas, agressividade, complexos de inferioridade e dificuldades de relacionamento. Compartilhando sua experiência, Lúcia revela que cresceu em um ambiente violento, onde teve que assumir responsabilidades precocemente, mas encontrou nos estudos a força para mudar sua realidade. Quando questionada sobre o que pode ser

feito para proteger as mães sobreviventes da violência de género, Lúcia sugeriu a criação de grupos de apoio social escolar e religioso, e a promoção do diálogo nas famílias.

Da mesma forma, Isabel Major, analista de informação e assessora da plataforma SMS Jovem, da ONU e do Ministério da Juventude e Desporto, considera que a acção mais importante para apoiar uma sobrevivente de violência é ouvir com atenção e acreditar na sua história. É fundamental garantir que ela não carregue o sentimento de culpa e ajudá-la a se sentir acolhida. “Devemos mostrar empatia e oferecer apoio sem julgamentos, encorajando-a a procurar ajuda junto de pessoas ou organizações especializadas.”

Em Angola, a mensagem é clara: proteger os direitos das mulheres e raparigas não é apenas uma responsabilidade social, mas uma necessidade urgente. Cada voz que se junta a esta causa contribui para a construção de um futuro onde a violência de género seja



uma lembrança do passado e não uma realidade do presente.

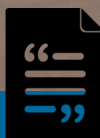
No âmbito dos 16 Dias de Activismo, entre 25 de Novembro e 10 de Dezembro, a ONU realizou campanhas de sensibilização da sociedade angolana para a urgência do combate à violência baseada no género. Foram produzidos três vídeos para informar e mobilizar a população. Os vídeos incluíram depoimentos e mensagens de cidadãos anónimos e figuras públicas conhecidas, como apresentadores de televisão e influenciadores digitais, que se juntaram à causa para expandir a mensagem de igualdade e respeito. Os vídeos foram divulgados nas redes sociais da ONU e nos principais canais de comunicação do país, incluindo a Televisão Pública de Angola (TPA) e a TV Zimbo, reforçando o compromisso de promover a mudança de comportamentos e criar uma cultura de tolerância zero à violência de género.

Migrantes

À medida que o número de migrantes que entram em Angola aumenta, os funcionários governamentais e os agentes da lei devem ter uma compreensão abrangente das vulnerabilidades específicas que os migrantes enfrentam. A ONU desenvolveu esforços específicos de reforço das capacidades dos funcionários públicos angolanos em matéria de protecção das migrações, incluindo a formação de 50 funcionários do Comando Geral da Polícia Nacional de Angola sobre as dimensões humanitárias da migração.



Imagem: ©UNHCR



O Regresso Voluntário Dos Refugiados Em Angola: A História De Meta Merlinde

Ao dirigir-se para o aeroporto, Meta Merlinde sente um misto de esperança e nostalgia, prestes a embarcar no seu regresso voluntário à República Democrática do Congo (RDC).

Com 27 anos de idade e mãe de um recém-nascido, Meta foi forçada a fugir de sua casa em Kasai Oriental em 2017 devido ao violento conflito que custou a vida dos seus pais. Encontrou refúgio em Angola, onde foi acolhida no Assentamento do Lóvua, na Lunda Norte, e registada como refugiada pelo Governo de Angola e pela ONU.

Após sete anos de desafios em Angola, Meta decidiu participar no programa de repatriamento voluntário das Nações Unidas (VOLREP), na esperança de reencontrar a sua família e reconstruir a sua vida na RDC. A 6 de Setembro de 2024, Meta e 54 outros refugiados partiram numa coluna organizada pelo ACNUR, marcando o início de um novo capítulo nas suas vidas.

Desde 2019, mais de 4 400 pessoas participaram no programa de regresso.

O programa VOLREP presta um apoio essencial durante todo o processo, incluindo transporte, documentação e assistência à reintegração. A decisão de Meta de regressar ao seu país de origem faz parte de um movimento mais alargado de refugiados que optam pelo repatriamento voluntário, confiantes na melhoria das condições no seu país de origem. Para muitos refugiados, como Meta, regressar às suas comunidades com o apoio da ONU é um passo crucial para a concretização dos seus planos para o futuro.

Ao embarcarem nesta nova viagem, a Meta e os seus filhos levam consigo a esperança de estabilidade e o apoio dos membros da família que os esperam na RDC. A ONU continuará a prestar assistência essencial durante todo o processo de reintegração, ajudando-os na transição para um novo começo.

Pessoas com deficiência

O Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher (MASFAMU), com o apoio das Nações Unidas, realizou uma Consulta Pública para melhor compreender as necessidades das Pessoas com Deficiência (PCD), especialmente mulheres e raparigas, no acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva (SSR) e na capacitação das mulheres com deficiência. Os beneficiários partilharam as suas histórias e testemunhos, dando um contributo valioso para a procura de soluções eficazes no contexto angolano. Os testemunhos destacaram os desafios enfrentados pelas pessoas com deficiência no acesso aos serviços essenciais de SSR e no acesso à formação. Sublinharam a necessidade urgente de abordagens inovadoras para promover a inclusão e garantir o pleno exercício dos direitos das pessoas com deficiência em Angola. A consulta pública serviu como uma oportunidade de discussão e reflexão sobre soluções inovadoras apresentadas por representantes de várias associações de pessoas com deficiência. Esta iniciativa foi realizada com base na aprovação e publicação do Plano de Inclusão e Apoio às Pessoas com Deficiência (PLANIAPED), aprovado pelo Decreto Presidencial 217/23 de 31 de Outubro e das Estratégias de Inclusão da Deficiência da ONU.

Pessoas que vivem com o VIH

A ONU prestou assistência técnica para a revisão da Lei do VIH (08/04), que visa impedir a criminalização da transmissão, exposição e não divulgação do VIH. O projecto de lei da nova Lei do VIH recebeu contribuições de diferentes ministérios e da sociedade civil durante a primeira Consulta Nacional, assegurando a sua verdadeira natureza multi-sectorial. Uma segunda Consulta Nacional no Parlamento (Assembleia Nacional) centrou-se nos avanços científicos relacionados com o VIH e na actualização da actual Lei do VIH. O projecto de lei potencial ajudará a reduzir o estigma e a discriminação e a reforçar os direitos sexuais e reprodutivos e prevenção do VIH.

Acesso à justiça

Para melhorar o acesso à justiça para os angolanos e fortalecer o sector da justiça, a ONU continuou a apoiar a digitalização dos serviços e o fortalecimento da arquitetura nacional dos direitos humanos. Em parceria com o Departamento de Estado dos EUA, a ONU iniciou a primeira fase do programa de Serviços de Audiência Virtual, abrangendo intervenções de sensibilização da comunidade e de Mudança de Comportamento Social (MSC) em 12 províncias. Foi iniciada a formação sobre as melhores práticas de gestão de casos para o pessoal da Provedoria da Justiça. O pessoal da Provedoria de Justiça também prestou apoio jurídico a 433 cidadãos (38% mulheres, 61% homens) em seis províncias onde a Provedoria de Justiça não dispõe de serviços provinciais. Para além disso, a ONU apoiou a elaboração e apresentação pública da Estratégia do Provedor de Justiça para 2023-2027.

Finanças e orçamento

Embora o trabalho preliminar para alcançar estas plataformas tenha demorado vários anos, em 2024

assistiu-se à pré-institucionalização e institucionalização formal de múltiplas plataformas de gestão de dados digitais, como a Plataforma de Orçamento Participativo (que reúne informações sobre as despesas e a execução do orçamento local com o feedback dos cidadãos) e o MATlab (o primeiro think tank de instituições públicas em Angola). Estes instrumentos são fundamentais para que os cidadãos, as OSC e os governos locais possam monitorizar os direitos humanos e os orçamentos públicos. As Nações Unidas também apoiaram o primeiro “Gender Budget Brief” em Angola, que levou à reintrodução de marcadores de género no Orçamento do Estado para 2025.

A perita independente das Nações Unidas sobre os efeitos da dívida externa e os direitos humanos, Attiya Waris, visitou Angola de 8 a 17 de Julho de 2024. Nas suas recomendações preliminares, concluiu que Angola, enquanto Estado pós-conflito emergente de décadas de má gestão financeira, tinha tomado medidas para retificar o seu sistema. No entanto, o actual quadro internacional impede a sua capacidade de afectar recursos financeiros à realização dos direitos humanos.

Promover a paz e a segurança, incluindo as agendas “Mulheres, Paz e Segurança” (WPS) e “Juventude, Paz e Segurança” (YPS)

A ONU apoiou o desenvolvimento do segundo Plano de Acção Nacional de Angola sobre Mulheres, Paz e Segurança (UNSC R1325). Foi criado um grupo técnico para liderar o processo, com o Governo de Angola representado pelo MASFAMU, o MINDENVP, o MININT e o MIREX. O grupo está também a beneficiar da parceria e da experiência do Gabinete do Enviado Especial do Secretário-Geral da ONU para a Região dos Grandes Lagos (OESG-GL) e do Departamento de Assuntos Políticos e de Consolidação da Paz da ONU.

O envolvimento e a participação dos jovens, continuam a ser uma prioridade para o governo angolano. A ONU, em colaboração com a UE, a Embaixada dos Países Baixos, o MINJUD e o MINPLAN, organizou dois fóruns provinciais da juventude, nos quais participaram 119 jovens (47 mulheres jovens) e decisores locais. A promoção do diálogo entre os jovens e os decisores promove a importância de envolver as vozes dos jovens na definição de políticas e sistemas que têm um impacto directo na sua aprendizagem e desenvolvimento.

Além disso, através de um processo participativo, a ONU finalizou o plano de acção da Análise do Panorama da Juventude, envolvendo ministérios, o sector privado, organizações internacionais e organizações lideradas por jovens. A ONU apoiou a criação de uma rede que envolveu o MINPLAN, o MINJUD, o MED, o Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS), o sector privado, parceiros internacionais de desenvolvimento e organizações da sociedade civil. Estas iniciativas contribuirão para fazer avançar a agenda da juventude, em conformidade com o Plano de Desenvolvimento Nacional 2023-27.

Apoiar cadeias de valor inclusivas e o acesso aos mercados

O Projecto de Desenvolvimento e Comercialização de Pequenos Agricultores (SAMAP) apoia a produtividade agrícola, o acesso ao mercado e os meios de subsistência rurais. No âmbito do projecto, o Ministério da Agricultura e Pescas, através do Instituto de Desenvolvimento Agrícola, realizou uma consulta a nível nacional para formular a Política Nacional de Agricultura Familiar e o Programa de Extensão Rural. O Programa de Extensão Rural assenta em cinco pilares fundamentais, dois dos quais são centrais para a estratégia: (i) Reforço institucional do Instituto de Desenvolvimento Agrário (IDA), e (ii) Aumento da produção e produtividade sustentáveis e resilientes. Os restantes três pilares complementares incluem: (iii) igualdade entre homens e mulheres e entre os jovens, (iv) sustentabilidade ambiental e resistência às alterações climáticas e (v) coordenação eficaz e acompanhamento activo. Estes instrumentos políticos têm por objectivo aumentar a produção e a produtividade, em especial entre os jovens e as mulheres, em conformidade com o ODS 1 (Erradicação da pobreza) e o ODS 2 (Erradicação da Fome), e promover um crescimento agrícola inclusivo.

No âmbito da iniciativa do Fundo Global para o Ambiente (GEF) para o Zoneamento Agroecológico (ZAEC), as Nações Unidas, em parceria com o Centro de Ecologia Tropical e Alterações Climáticas (CETAC) do Ministério do Ambiente, reforçaram as capacidades institucionais e comunitárias para a agroecologia e a gestão sustentável da terra em quatro municípios - Chipipa, Chongoroi, Alto Hama e Tchitacumbi. Estes esforços beneficiaram directamente 170 intervenientes-chave, incluindo autoridades municipais, pessoal dos departamentos da agricultura e do ambiente e comunidades locais (57% de mulheres), dotando-os de conhecimentos práticos sobre a reabilitação de terras através da produção de mudas de árvores em estufas de baixo custo.

170

Partes interessadas dotadas de conhecimentos práticos sobre a produção de baixo custo em estufa

250

Famílias de agricultores receberam formação em técnicas agrícolas modernas e insumos agrícolas.

Prosperidade

“—
—
—”

História de impacto: KURIMA - abraçar a transformação das economias rurais

Numa região onde as oportunidades são limitadas, o projecto-piloto Kurima, uma colaboração entre o INAPEM, a ONU e parceiros locais, formou 20 jovens com as competências necessárias para aumentar as oportunidades de emprego em empresas da cadeia de valor agrícola.

Para a Domingas, uma das formandas que trabalha na agricultura com a sua mãe desde os cinco anos de idade, a formação digital que recebeu sobre como integrar a tecnologia no negócio agrícola foi uma porta de entrada para novas possibilidades.

O projecto foi flexível e adaptado às necessidades locais, com o objectivo de formar os jovens, especialmente as mulheres, em áreas como o negócio digital, o comércio eletrónico e o agronegócio sustentável.

João Domingos, outro participante, também viu enormes benefícios da formação. Aprendeu a dominar ferramentas de criação de conteúdos digitais e de gestão de negócios directamente a partir do seu telemóvel, contribuindo para a promoção dos seus produtos e para um melhor controlo da sua empresa.

O domínio das ferramentas digitais deu a João novas perspectivas, permitindo-lhe explorar ideias inovadoras e estabelecer ligações valiosas que já lhe permitiram exportar os seus produtos para mercados internacionais como o Japão e Portugal.

Ao capacitar os jovens e as mulheres, o projecto está a construir um caminho sólido para o desenvolvimento local através da inovação e da inclusão, com um impacto real nas comunidades e no reforço das economias rurais do país.

Imagem: ©UNDP

Promover um ambiente favorável às empresas

ONU estabeleceu uma parceria com o Ministério do Planeamento (MINPLAN) e a Agência de Promoção de Exportações e Investimentos (AIPEX) para elaborar o Mapa do Investidor ODS de Angola. Com base na consulta de mais de 200 partes interessadas, o Mapa identifica os principais sectores que oferecem oportunidades de negócio conducentes aos ODS. Foram identificadas nove áreas de oportunidade de investimento em alimentos e bebidas, energias renováveis, infra-estruturas e no sector financeiro. O Mapa despertou o interesse de representações diplomáticas, associações empresariais e investidores.

A ONU apoiou o estudo do governo, “Acelerar os ODS em Angola: Uma análise sistémica”. Este relatório também apela à adopção de um Quadro Integrado de Financiamento Nacional (QIFN) para os ODS. A análise fornece um contributo fundamental para a elaboração de uma estratégia de financiamento integrada que deve levar a acções concretas para mobilizar investimentos para a realização dos Objectivos do Desenvolvimento Sustentável.



Imagem: ©UNDP



Reforçar o desenvolvimento de competências, a inovação, o emprego e o espírito empresarial

Os jovens em Angola continuam a estar na vanguarda do empreendedorismo e da inovação. A ONU, em parceria com o MINJUD, lançou o primeiro Desafio Jovem de Angola, envolvendo 171 equipas (524 jovens, incluindo 248 mulheres) no desenvolvimento de soluções inovadoras para os desafios da comunidade. A iniciativa culminou numa Feira da Juventude que contou com a presença de 300 participantes. As equipas vencedoras, Viva Surdos e Grey Start, centraram-se na inclusão e na tecnologia. A Viva Surdos acabou por vencer o Desafio Global da Juventude, salientando o apelo universal das suas soluções. A ONU também acelerou os preparativos para a criação do Conselho Consultivo da Juventude da ONU. Estes esforços lançaram as bases para o lançamento da GenU. Ao alinhar as partes interessadas e promover uma abordagem integrada, está a crescer o ímpeto de soluções inovadoras para capacitar os jovens a enfrentar questões como o desemprego, a exclusão educacional e a desigualdade social, abrindo caminho para o desenvolvimento sustentável do capital humano.

Para aumentar a colaboração com o sector privado, promover o empreendedorismo e apoiar as PME, a ONU participou na implementação do programa Meet the Tōshikas, uma iniciativa do Centro de Financiamento Sustentável com financiamento do Governo japonês. O programa liga startups africanas a fundos de investimento de capital de risco japoneses. Como resultado, duas startups angolanas beneficiaram de apoio técnico para melhorar os seus negócios. Cada uma recebeu 20.000 dólares americanos em subsídios e os fundadores viajaram para o Japão para apresentar os seus negócios a investidores japoneses. A iniciativa estabeleceu ecossistemas de empresas em fase de

arranque e cenários de investimento em Angola, na África do Sul e na Zâmbia.

A ONU continua a prestar serviços essenciais, tais como cuidados de saúde, educação, alimentação e abrigo a cerca de 6.200 refugiados da República Democrática do Congo no centro de refugiados do Lóvua e a refugiados urbanos, a maioria dos quais reside em Luanda. No entanto, o foco está a mudar da assistência directa para a promoção da autossuficiência através da formação profissional, do empreendedorismo e do desenvolvimento agrícola. Ao equipar os refugiados e as comunidades de acolhimento de competências e recursos essenciais, a ONU está a promover meios de subsistência sustentáveis e a aumentar a sua capacidade de contribuir para a economia local e a segurança alimentar.

No sector agrícola, a ONU tem apoiado a utilização de terras atribuídas pelo Governo de Angola no Lóvua desde 2017 para actividades agrícolas de refugiados. Até à data, foram cultivados cerca de 700 hectares, principalmente para horticultura e produção de arroz. Embora a agricultura continue a ser em grande parte manual, com os agricultores a dependerem de bombas de água e regadores ao longo das bacias hidrográficas para a irrigação, foram feitos progressos notáveis. Em 2024, 250 famílias de agricultores refugiados e da comunidade de acolhimento receberam formação em técnicas agrícolas modernas e insumos agrícolas, o que resultou num aumento da produção de arroz, milho e produtos frescos como cebolas, cenouras, couves, pimentos, tomates, quiabos, ervilhas e melancias. Outros 1.200 refugiados e membros da comunidade de acolhimento receberam também kits de arranque, equipamento e formação em actividades geradoras de

rendimentos, como a agricultura e a apicultura. Estas iniciativas permitem que os refugiados prosperem nas suas novas carreiras e reduzam a sua dependência da ajuda humanitária. A sua participação activa na economia local é um passo importante para a integração e a autossuficiência. Além disso, para as famílias que participam nas actividades de resiliência da ONU, os indicadores de segurança alimentar melhoraram significativamente devido ao aumento da produção e da disponibilidade de alimentos.

De acordo com a estratégia conjunta das Nações Unidas para os meios de subsistência, 254 famílias de refugiados e requerentes de asilo em Luanda e no Dundo concluíram a formação em competências profissionais, obtendo certificações e recebendo kits de arranque para incubação de empresas. Para além das competências técnicas, os formandos também

receberam formação em empreendedorismo e alfabetização de adultos, equipando-os com as ferramentas necessárias para uma autossuficiência sustentável a longo prazo. A ONU está a apoiar o recém-criado Observatório Nacional de Emprego, sob a tutela do Ministério do Trabalho, Administração Pública e Segurança Social, para reforçar o diagnóstico do mercado de trabalho e informar o desenvolvimento de políticas. Especificamente, a ONU está a ajudar a implementar um Sistema de Informação do Mercado de Trabalho (LMIS) de fonte aberta, uma ferramenta fundamental para monitorizar a dinâmica do trabalho, melhorar a exatidão dos dados e orientar a tomada de decisões com base em dados concretos. Este apoio tem por objectivo reduzir o desemprego, fornecendo informações estratégicas e atempadas aos decisores políticos e às partes interessadas.

Melhorar o acesso inclusivo ao financiamento, às infra-estruturas e à tecnologia

A ONU concedeu um financiamento de cerca de \$3,1 milhões de dólares em 2024 e apoio técnico ao Governo de Angola através do SAMAP (empréstimo) para desenvolver a capacidade das cooperativas de agricultores e aumentar os investimentos na produção, transformação e comercialização agrícola nas províncias do Cuanza Sul e da Huíla. As cooperativas de agricultores foram apoiadas para desenvolver 37 planos de negócios financeiramente viáveis (BPs) e agro-investimentos financiáveis financiados com subvenções do SAMAP. Estes investimentos estão a impulsionar a inovação, a melhorar as cadeias de valor e a expandir as oportunidades para os agricultores e as empresas agrícolas.

Além disso, 21 cooperativas/organizações de produtores rurais apoiadas em 2024 estabeleceram com êxito parcerias, acordos ou contratos formais com entidades públicas e privadas, principalmente instituições de financiamento, para expandir as suas actividades. Estas colaborações estão a reforçar as ligações ao mercado, a melhorar o acesso aos recursos e a promover o desenvolvimento agrícola sustentável. Ao assegurarem relações comerciais fiáveis, os produtores rurais estão a melhorar a sua produtividade, a aumentar os seus rendimentos e a contribuir para o crescimento das economias locais.

Movimentos de expansão para cooperativas agrícolas na Quibala

No território da Quibala, três cooperativas agrícolas - Flor Brilhante, Ndula Assango, e Santa Isabel Nova Dinâmica - embarcaram numa viagem transformadora, alimentada pela determinação e pela gestão financeira estratégica. Tirando partido das receitas das suas Caixas Comunitárias e da produção agrícola, deram um passo ousado, construindo armazéns e escritórios que em breve se tornariam a espinha dorsal das suas operações.

Estes activos recém-construídos serviram não só como infraestrutura vital, mas também como garantia, desbloqueando o acesso a financiamento crucial. Com estes fundos, as cooperativas investiram em equipamento muito necessário, incluindo tractores e alfaías modernas, aumentando a sua produtividade e eficiência. Entre elas, a Cooperativa Ndula Assango destacou-se pela sua notável expansão, assegurando uns impressionantes 1.000 hectares de terra e construindo infra-estruturas adicionais para apoiar as suas ambições de crescimento.

Para além do crescimento do negócio, as cooperativas continuaram profundamente empenhadas na responsabilidade social. O seu impacto estendeu-se para além dos campos e para o bem-estar da comunidade, incluindo donativos ao Hospital Municipal da Quibala, reforçando o seu papel de motores económicos e de cuidadores da comunidade.

Um veículo recém-adquirido, garantido em 2024, é um testemunho do seu progresso e um símbolo do seu compromisso com a mobilidade e a eficiência operacional. Com cada marco, estas cooperativas continuam a preparar o caminho para o desenvolvimento sustentável, demonstrando o poder da colaboração e da resiliência no sector agrícola.



Imagem: ©IFAD

Apoiar os compromissos, os dados e os serviços no domínio do clima, incluindo as alterações no domínio das energias limpas

A ONU efectuou uma recolha exaustiva de dados quantitativos dos conjuntos de dados disponíveis e uma análise dos indicadores climáticos biofísicos para identificar os estrangulamentos que impedem as partes interessadas nacionais de tomar decisões baseadas em dados e para apoiar uma sensibilização específica. Os resultados confirmaram a falta de recolha sistemática de dados e a indisponibilidade de séries históricas para construir tendências climáticas. Apesar de serem parciais e desactualizados, os dados recolhidos representaram uma oportunidade para estabelecer a plataforma integrada de dados sobre riscos e vulnerabilidades climáticas para Angola e para apoiar a operacionalização do Observatório Nacional do Clima, tal como previsto no Plano de Desenvolvimento Nacional 2023-27. Os dados recolhidos serão incorporados no Sistema Integrado de Gestão de Informação (IMS) do Bem Público Digital, nacional e subnacional, liderado pelas Nações Unidas, em 2025. Este sistema permitirá que as informações sobre as condições climáticas biofísicas sejam associadas à vulnerabilidade das crianças e das suas famílias, das suas escolas, das suas unidades de saúde e dos serviços WASH que utilizam e partilhar com as partes interessadas relevantes.

Para garantir que as necessidades específicas e o impacto desproporcionado sentido pelas crianças e jovens sejam reflectidos nas políticas relacionadas com o clima, a ONU apoiou o processo de actualização do Relatório da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) de Angola e o desenvolvimento do Plano Nacional de Adaptação (NAP) e a elaboração de documentos preparatórios para promover as consultas e o envolvimento das partes interessadas.

No âmbito da melhoria da eficiência energética e da transformação das economias rurais, 260 famílias de refugiados e de comunidades de acolhimento beneficiaram de um centro de processamento e transformação alimentado a energia solar em Lóvua, criado pela ONU. O centro oferece soluções limpas e energeticamente eficientes para a transformação e valorização agrícola, permitindo às cooperativas locais aumentar a produção e apoiar a economia local.

260

Famílias de refugiados e de comunidades de acolhimento beneficiaram de um centro de processamento e transformação alimentado por energia solar

1500

Famílias com acesso à energia solar, incluindo famílias vulneráveis

Planeta

Ao criar postos de trabalho e promover o desenvolvimento de competências, o centro contribui para a sustentabilidade económica a longo prazo na região. Além disso, foram instalados sistemas e kits solares de pequena escala em toda a povoação do Lóvua para melhorar o acesso à energia de 1500 famílias, incluindo famílias vulneráveis. Foram instalados painéis solares em espaços públicos e distribuídos kits solares domésticos para melhorar as condições de vida e facilitar as actividades nocturnas.

As Nações Unidas desenvolveram uma proposta conjunta, aprovada pelo Fundo para os ODS, centrada na promoção do acesso à energia sustentável e de cadeias de valor agrícolas inteligentes em termos climáticos para impulsionar a transformação rural. A proposta enfatiza o aumento das soluções de energia renovável, o fortalecimento das capacidades institucionais e técnicas e a mobilização de recursos financeiros para expandir os Centros de Transformação Rural (RTCs). A iniciativa tem como objectivo promover os investimentos do sector privado através de plataformas de correspondência de investimentos e do mapeamento geográfico para identificar oportunidades

alinhadas com as prioridades dos investidores e os objectivos nacionais. Ao integrar as energias renováveis na agricultura, a proposta aumenta a resiliência, promove o crescimento económico e contribui para o ODS 7 (Energia Limpa), ODS 12 (Produção Sustentável) e ODS 13 (Acção Climática).

A ONU e o MINAMB co-desenharam o “Plano de Acção para a Juventude e o Clima 2025-2026” como uma acção crítica de acompanhamento após o primeiro fórum nacional da juventude e do clima em 2023. O Plano de Acção visa alcançar os seguintes objectivos: (1) Reforçar a capacitação dos jovens para criar oportunidades significativas de educação ambiental para os jovens aprenderem sobre as alterações climáticas; (2) Promover o envolvimento cívico dos jovens através do voluntariado. Apoiar o “Programa de Voluntariado para o Ambiente” e fornecer plataformas, ferramentas e recursos para que os jovens se envolvam como cidadãos e agentes de mudança positivos em comunidades em linha e fora de linha e dêem a conhecer as suas vozes, ideias e acções em apoio dos seus direitos; e (3) Capacitar os jovens para a promoção da mudança.

Energia solar para a transformação em Angola

Em Angola, 52 por cento da população ainda vive sem acesso a energia e as zonas rurais enfrentam os maiores desafios. Na região sul do país, a ONU tem estado a trabalhar para transformar esta realidade, promovendo o acesso a energias renováveis e formando jovens e mulheres para aumentar as oportunidades de emprego e reforçar as cooperativas locais..

“Com os painéis solares, já ninguém estuda com velas ou cozinha com pedras e lenha”, diz Maria Eva, uma das mulheres da cooperativa Ngango, na região de Humpata, na Huíla, que transforma produtos agrícolas em produtos comercializáveis para aumentar o seu rendimento..

Nesta comunidade, a instalação de sistemas solares, tanto para uso doméstico de 235 famílias como para apoio às actividades agrícolas, proporcionou energia limpa e facilitou o acesso à água e a sistemas básicos de irrigação, melhorando a produtividade agrícola e a segurança alimentar.

Além disso, a formação dos membros da cooperativa em matéria de transformação e conservação de produtos agrícolas, bem como em técnicas de comercialização, reforçou a economia local e aumentou as capacidades produtivas da comunidade.

A energia solar tem sido um catalisador de mudanças transformadoras também na região de Gambos, onde o acesso à eletricidade reduziu os tempos de produção no Centro Cooperativo de Tcheykeya de um dia para três a quatro horas, permitindo o crescimento da produtividade e o investimento dos lucros em infra-estruturas como a construção de um armazém e de um fumeiro para expandir o negócio.

Estes esforços da ONU e dos parceiros locais abordam os desafios energéticos, aspectos críticos da segurança alimentar nas comunidades rurais e a protecção ambiental através da promoção de energia limpa em áreas vulneráveis às alterações climáticas. As iniciativas são um exemplo claro de como a energia solar pode transformar realidades, promovendo um futuro mais sustentável e inclusivo.



Imagem: ©UNDP

Reforço da gestão dos riscos de catástrofe

A ONU apoiou o Governo de Angola, em colaboração com o Ministério da Agricultura e Florestas (MINAGRIF), o Instituto Nacional de Estatística e os Serviços de Protecção Civil, na realização de uma avaliação abrangente para avaliar o impacto dos choques climáticos induzidos pelo El Niño na produção agrícola, segurança alimentar e meios de subsistência em 11 municípios das províncias de Benguela, Cunene, Huíla e Namibe. Na avaliação, as estimativas de rendimento baseadas em satélite usando o modelo NASA Harvest geraram dados precisos sobre o desempenho das culturas. Para avaliar o impacto socioeconómico e a segurança alimentar, foram inquiridos 2.318 famílias e 200 representantes das comunidades. Uma avaliação dos danos e perdas no sector agrícola também identificou vulnerabilidades nos sistemas de produção e informou as estratégias de recuperação. Além disso, uma avaliação da segurança das sementes e do mercado avaliou a disponibilidade de sementes, a funcionalidade do mercado e o acesso a factores de produção para a próxima época de plantação. A

avaliação forneceu dados essenciais para informar as respostas políticas lideradas pelo governo, reforçar a preparação para emergências e apoiar o envolvimento dos doadores na mobilização de recursos.

Este ano, as alterações climáticas tiveram um impacto significativo nos padrões de migração em Angola, causando deslocações internas e transfronteiriças no sul do país. Apesar dos esforços dos governos e de outros intervenientes no sentido de apoiar a recolha de dados para orientar os intervenientes na prestação de apoio humanitário, este continua a ser um desafio. Enquanto a ONU continua a melhorar o fornecimento de dados atempados sobre deslocações ao governo angolano e aos parceiros através da matriz de acompanhamento de deslocações, continuou a reforçar o seu estreito envolvimento com a comissão de protecção civil de Angola e desenvolveu a capacidade de 35 funcionários do governo sobre a forma de se prepararem para possíveis deslocações internas causadas por secas e inundações.



Imagem: ©UNHCR

Os fenómenos meteorológicos extremos aumentam as deslocações e os desafios para os refugiados

Em todo o mundo, os fenómenos meteorológicos extremos estão a provocar deslocações e a tornar a vida dos refugiados ainda mais difícil. No Assentamento do Lóvua, perto da cidade do Dundo, no nordeste de Angola, mais de cinquenta famílias foram afectadas por tempestades este ano.

Ngoy Papi e Ngagula Ngode, juntamente com os seus três filhos, ainda estão a recuperar de uma forte tempestade que os atingiu em Maio de 2024. Para esta família - já forçada a fugir do seu país de origem em busca de protecção internacional - a catástrofe foi devastadora. A sua modesta casa foi reduzida a escombros numa questão de minutos, levando consigo todos os seus pertences e memórias queridas. No auge da tempestade, no meio de relâmpagos e ventos fortes, Ngoy e Ngagula lutaram para proteger os seus filhos. Com o passar das horas, a força da tempestade arrancou o telhado da sua casa. Na manhã seguinte, o cenário era desolador - escombros espalhados em todas as direcções.

Inicialmente sem abrigo, a família encontrou refúgio graças à solidariedade dos vizinhos e recebeu apoio de emergência da Agência das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e dos seus parceiros.

Enquanto o sol se põe sobre a colónia de refugiados do Lóvua, o casal encontra força na sua resiliência e coragem. Apesar das perdas que sofreram, continuam determinados a reconstruir as suas vidas - tal como têm feito desde a sua chegada a Angola em 2017.

Tal como as tempestades e as secas, os fenómenos relacionados com o clima afectam populações inteiras, mas são as comunidades vulneráveis que suportam o peso das catástrofes naturais extremas. O ACNUR está a trabalhar com parceiros para reforçar os meios de subsistência resistentes ao clima, melhorar os sistemas de alerta precoce e as medidas de preparação e expandir os programas de protecção social em contextos de deslocação.

Promover a biodiversidade e a conservação

O apoio técnico das Nações Unidas ao Ministério do Ambiente conduziu à aprovação da Estratégia Nacional para a Biodiversidade Costeira e Marinha e do Plano de Execução e do Plano de Gestão da Área Marinha Protegida de Iona. Estes documentos políticos estão a permitir uma melhor coordenação e disposições institucionais para a sustentabilidade, especialmente no Ministério das Pescas e dos Recursos Marinhos, que lidera o grupo de coordenação nacional sobre o processo de planeamento espacial marinho e a estratégia da economia azul. A intervenção também contribuiu para o reforço institucional através de acções específicas de reforço das capacidades que beneficiaram 30 inspectores de parques nacionais e 200 estudantes de gestão de recursos marinhos da Universidade do Namibe.

Foram construídos dois postos de controlo no Parque Nacional do Maiombe para alargar as capacidades de

gestão e patrulhamento do Parque. Como parte da mobilização de recursos, a ONU apoiou o Ministério do Ambiente e o Ministério das Finanças, decisores políticos e líderes empresariais para o diálogo nacional sobre financiamento climático. O evento facilitou as discussões entre os principais actores dos sectores público e privado para partilhar experiências e perspectivas sobre o financiamento climático em Angola. Com base nestes compromissos, a ONU ministrou formação sobre mercados de carbono dirigida a altos funcionários do governo para apoiar a elaboração de políticas e regulamentos nesta área. A ONU também apoiará um estudo de viabilidade para estabelecer um Fundo Nacional para o Clima. Além disso, o PPG “Sustaining Ecosystem Restoration in Angola’s Extended Central Plateau (ECP)” foi apresentado ao GEF-8 para aumentar o financiamento do GEF para actividades de expansão com o Ministério do Ambiente.



Imagem: ©UNDP

Reforçar a gestão sustentável da terra e da água

No âmbito da iniciativa do Fundo Mundial para o Ambiente (GEF) para o Zoneamento Agroecológico (ZAEC), as Nações Unidas, em parceria com o Centro de Ecologia Tropical e Alterações Climáticas (CETAC) do Ministério do Ambiente, reforçaram as capacidades institucionais e comunitárias para a agroecologia e a gestão sustentável dos solos em quatro municípios - Chipipa, Chongoroi, Alto Hama e Tchitacumbi. Estes esforços beneficiaram directamente 170 intervenientes-chave, incluindo autoridades municipais, pessoal dos departamentos da agricultura e do ambiente e comunidades locais (57% de mulheres), equipando-os de conhecimentos práticos sobre a reabilitação de terras através da produção de mudas de árvores em estufas de baixo custo.

A ONU também apoiou a produção de conhecimento com a publicação de quatro estudos de caso, destacando práticas inovadoras como a restauração de pastagens degradadas através de pomares, construção

de barragens de base comunitária, SIG para gestão de terras e práticas agroflorestais sustentáveis, que contribuíram para a partilha de conhecimentos sobre gestão sustentável de terras. Além disso, a ONU, em parceria com o Ministério do Ambiente, organizou o primeiro Fórum Nacional de Agroecologia, que reuniu 92 participantes. Para além disso, 15 técnicos de Tchitacumbi e 60 de Chongoroi receberam formação no quadro da GreeNTD, enquanto 120 agentes de desenvolvimento rural receberam formação em irrigação, conservação da água e práticas agrícolas amigas dos polinizadores. As Nações Unidas também desenvolveram o Atlas de Cobertura do Solo de Chongoroi e Alto-Hama e uma plataforma de Sistema de Apoio à Decisão (DSS), para apoiar as administrações municipais na gestão do território. Além disso, foram elaborados três planos de gestão sustentável das terras de Alto-Hama para apoiar a recuperação das terras e melhorar a produtividade agrícola.

2.2 APOIO A PARCERIAS E FINANCIAMENTO DA AGENDA 2030



A ONU continuou a ajudar o Governo a desenvolver e implementar parcerias sustentáveis e estratégias de financiamento para alcançar o Plano de Desenvolvimento Nacional 2023-27 e a Agenda 2030.

A selecção do PNUD pelo Ministério do Ambiente como executor do 8º ciclo do Fundo Global para o Ambiente (GEF), do Fundo para os Países Menos Avançados (LDCF) e do seu Programa de Pequenas Subvenções demonstra o elevado nível de confiança na ONU. Além disso, como parte da assistência técnica ao Ministério do Ambiente na formulação de uma Proposta de Preparação para o Fundo Verde para o Clima (GCF), a ONU apoiou o Governo no desenvolvimento de uma nota conceptual para a criação de uma Unidade de Financiamento do Clima, destinada a reforçar a capacidade nacional de estabelecer prioridades, planear, coordenar e monitorizar investimentos em sectores-chave para a adaptação e mitigação das alterações climáticas.

O apoio programático incluiu assistência técnica para ampliar o programa nacional de alimentação escolar, reforço da liderança e da capacidade de análise da segurança alimentar, nutrição, gestão da cadeia de abastecimento e protecção, e colaboração com o Governo na defesa de políticas e na resposta a emergências.

A ONU catalisou sinergias entre o Banco Europeu de Investimento (BEI) e as actividades de reforço das capacidades e dos sistemas de saúde financiadas pelo Banco Mundial. A ONU ofereceu os seus serviços de apoio à adjudicação de contratos ao Instituto Nacional do VIH e da SIDA para obter uma boa relação qualidade/preço dos produtos de diagnóstico e tratamento do VIH, que são financiados por recursos públicos.

A ONU mobilizou US\$ 350,000 dólares de um subsídio da USAID para expandir o trabalho com a Provedoria de Justiça. O objectivo é que, até 2025, o gabinete do Provedoria de Justiça de Angola tenha Salas de Audiências Virtuais operacionais, utilizadas e transformadoras como parte de um Sistema de Gestão de Queixas dos Cidadãos funcional.

A ONU continuou a defender um financiamento previsível e flexível. No entanto, uma parte significativa do financiamento foi afectada ao nível das actividades. Através do projecto de entrega na última milha, a ONU colaborou com o Ministério da Saúde para colmatar as lacunas da cadeia de abastecimento de saúde pública e reforçar o sistema nacional de saúde. A ONU alargou os seus serviços de logística por pedido, colaborando com a Agência de Cooperação Internacional do Japão (JICA) para apoiar a distribuição de equipamento médico e não médico nas províncias da Huíla e do Huambo.



Quanto ao sector privado, a ONU foi abordada por bancos, empresas e pelo sector petrolífero interessados em colaborações como o desenvolvimento de projectos locais, iniciativas de responsabilidade social e compensação de carbono. Estão em curso processos de devida diligência para permitir decisões sobre o caminho a seguir. A ONU começou também a explorar potenciais oportunidades de colaboração com empresas privadas que oferecem soluções e tecnologias baseadas na inteligência artificial para melhorar a tomada de decisões baseada em dados e reforçar a eficácia das suas operações.

A cooperação Sul-Sul também tem sido fundamental para promover o desenvolvimento sustentável em Angola. A parceria estratégica sul-sul entre o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS) de Angola e a Associação Internacional de Segurança Social (ISSA) reforçou os laços entre os governos de Angola e do Brasil, facilitados através do INSS e da DataPrev. Centrando-se na importância crítica do cumprimento e da recolha de contribuições na África Austral, o workshop serviu como uma plataforma dinâmica para explorar estratégias, partilhar inovações e abordar os desafios regionais. Este encontro impactante reuniu gestores seniores, líderes de programas e especialistas de organizações membros da ISSA, para fazer avançar os sistemas de segurança social da região, enfatizando a colaboração, a inovação e a implementação sustentável.

A ONU continuou a ajudar o Governo a desenvolver e implementar parcerias sustentáveis e estratégias de financiamento para alcançar o Plano de Desenvolvimento Nacional 2023-27 e a Agenda 2030.

2.3 RESULTADOS DE MAIOR E MELHOR ACÇÃO CONJUNTA DA ONU: ONU, COERÊNCIA, EFICÁCIA E EFICIÊNCIA



Durante o primeiro ano do UNSDCF 2024-2028, a colaboração, os esforços estratégicos e a acção colectiva foram vitais para fazer avançar a implementação.

O PNUD e a UNICEF trabalharam em conjunto no índice de pobreza multidimensional (MPI) para permitir a medição a nível nacional, municipal, das crianças e das mulheres. As agências apoiaram ainda o Instituto Nacional de Estatística (INE) no reforço das capacidades técnicas neste domínio, através da contratação da Oxford Poverty and Human Development Initiative (OPHI) para ministrar formação técnica sobre estatísticas da pobreza.

O PNUD estabeleceu uma parceria com a OIT em matéria de estatísticas de emprego e concordou em prestar assistência técnica conjunta ao Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social (MAPTSS) e ao Instituto Nacional de Estatística para reforçar as capacidades em matéria de estatísticas do trabalho e apoiar a produção de um relatório de 2025 sobre o emprego em Angola. Ambas as agências centrar-se-ão na medição do trabalho doméstico e de cuidados não remunerados no inquérito à força de trabalho. As agências também deram formação técnica sobre os ODS, a igualdade de género e o empoderamento das mulheres a representantes dos principais sindicatos, resultando em recomendações políticas para melhorar a sua eficácia e inclusão.

O OCHA, a UNICEF e o PAM mobilizaram fundos e implementaram uma resposta humanitária às comunidades afectadas pelas condições de seca e inundações provocadas pelo El Niño. Para fazer avançar o programa de fortificação alimentar e No âmbito da agenda

da nutrição, a UNICEF e o PAM desenvolveram esforços conjuntos de sensibilização e coordenaram a resposta à desnutrição aguda global nas zonas afectadas pela seca. A FAO, o ACNUR, a UNICEF, o PAM e a OMS prepararam o Plano de Acção Nacional sobre o Desperdício. Uma vez aprovado, este plano permitirá ao Governo continuar a aceder ao Fundo de Nutrição Infantil para a aquisição de produtos nutricionais essenciais. O PAM continuou a prestar serviços de cadeia de abastecimento ao PNUD e ao Ministério da Saúde para garantir a entrega de material médico nas províncias de Benguela, Cuanza Sul e Bié.

A FAO, o FIDA, o PNUD, o FNUAP, o ACNUR, a UNICEF, o PAM e a OMS apoiaram os esforços para desenvolver um plano de acção para uma resposta sustentável aos refugiados em Angola, abordando as necessidades dos refugiados, dos requerentes de asilo e dos apátridas. Os seus conhecimentos técnicos e contribuições são fundamentais para reforçar os sistemas de saúde, os programas de nutrição e as iniciativas agrícolas, assegurando uma abordagem mais abrangente e sustentável da resposta humanitária e do desenvolvimento. O ACNUR e o PAM alargaram o alcance do seu programa conjunto de resposta aos refugiados no domínio da agricultura e da produção alimentar na província de Lunda Norte, incluindo o planeamento conjunto, a sensibilização e a angariação de fundos para actividades de subsistência e de reforço da capacidade de resistência. Uma iniciativa conjunta do PNUD e do ACNUR sobre energia e sustentabilidade na produção agrícola também proporcionou aos refugiados o acesso a soluções de energia renovável. Ao intensificar estas iniciativas, os refugiados e as comunidades de acolhimento estão a ter acesso a meios de subsistência sustentáveis, reforçando a



sua capacidade de resistência e melhorando a segurança alimentar. Além disso, o FNUAP e o ACNUR apoiaram a produção de pensos higiénicos sustentáveis para melhorar a saúde menstrual e a dignidade das mulheres e raparigas refugiadas, enquanto uma parceria com a ONUSIDA apoiou a prevenção e o tratamento do VIH/SIDA entre as populações refugiadas. Estes esforços de colaboração aumentam a educação para a saúde sexual e reprodutiva, o planeamento familiar e os programas de sensibilização, contribuindo para esforços mais amplos no sentido de alcançar cuidados de saúde universais e equidade de género.

O UNICEF e o Banco Mundial reforçaram a mudança social e de comportamento através da formação do pessoal de saúde das 18 províncias em comunicação interpessoal, geração de evidências e envolvimento da comunidade durante o Workshop da Semana Nacional do Ecossistema de Promoção da Saúde. Após a formação, as províncias desenvolveram projectos de planos de acção de promoção da saúde.

As agências da ONU também colaboraram extensivamente em todas as áreas programáticas para promover a igualdade de género e o empoderamento das mulheres em Angola. O PNUD e a ONU Mulheres trabalharam na agenda das Mulheres, Paz e Segurança, enquanto o PNUD e o UNODC trabalharam com a aplicação da lei para incorporar perspectivas de género. A ONUSIDA, o PNUD, o ACNUR, a UNICEF e o RCO trabalharam no desenvolvimento da Iniciativa Spotlight, que visa eliminar todas as formas de violência contra as mulheres e as raparigas. A ONUSIDA e o PNUD desenvolveram uma campanha nacional sobre Zero

Discriminação que se centrou no género, na idade, nas pessoas com deficiência e na orientação sexual, identidade e expressão de género (SOGIE). A colaboração com as agências da ONU, como a ONUSIDA, o PNUD, o FNUAP e o ACNUR, foi fundamental para reforçar a agenda da protecção contra a exploração e o abuso sexuais. As actividades incluíram a formação de parceiros do Governo e da sociedade civil, a sensibilização para a desigualdade entre os sexos e a violência contra as mulheres e as raparigas, bem como o reforço da colaboração entre agências em matéria de violações dos direitos humanos em geral, coordenadas pelo UNODC.

Para reforçar o sistema nacional de dados sobre a educação, a UNESCO e a UNICEF estabeleceram uma parceria com o Instituto Internacional de Planeamento da Educação (IIEP) para formar 44 pontos focais de estatísticas municipais sobre o fornecimento de dados atempados e de alta qualidade para a tomada de decisões. Estes esforços contribuíram para aumentar o planeamento baseado em provas e as intervenções políticas para enfrentar os desafios da educação.

Durante o primeiro ano do UNSDCF 2024-2028, a colaboração, os esforços estratégicos e a acção colectiva foram vitais para fazer avançar a implementação.

2.4 AVALIAÇÕES E LIÇÕES APRENDIDAS



O trabalho da ONU em 2024 demonstrou a importância da coordenação intersectorial e do reforço da colaboração entre os principais intervenientes.

Promover uma cultura de avaliação

As Nações Unidas envolveram activamente os parceiros governamentais e outras partes interessadas em avaliações de custos, tais como o programa piloto de educação correctiva da AIC e o Programa Nacional de Imunização iniciado em 2024. A ONU também apoiou o desenvolvimento da capacidade de avaliação nacional, promovendo campeões de avaliação no principal ministério governamental, o MINPLAN, patrocinando-os para participarem no Curso Executivo para Líderes de Avaliação e organizando formação introdutória de avaliação híbrida para mais de 100 participantes dos Departamentos de Estudos, Planeamento e Estatística de 25 ministérios. Estes esforços criaram uma boa base para o envolvimento contínuo com o pessoal-chave do governo para estabelecer uma cultura de avaliação em Angola.

Coordenação intersectorial

O trabalho da ONU em 2024 demonstrou a importância da coordenação intersectorial, mas também revelou desafios para iniciar, manter e reforçar uma colaboração eficaz entre os principais intervenientes. No sector de Água, Higiene e Saneamento (WASH), por exemplo, o apoio técnico inabalável da ONU e a advocacia junto do MINEA levaram à operacionalização do FONAS após 14 anos, e à primeira revisão conjunta do sector com vários outros ministérios. No entanto, prevê-se que o apoio externo à coordenação continue, reflectindo a realidade de que não há recursos humanos suficientes nos ministérios principais com competências de coordenação adequadas e tempo dedicado à colaboração intersectorial.

No sector da educação, tendo em conta a complexidade do apoio às crianças que não frequentam a escola, a coordenação intersectorial é fundamental para reforçar a disponibilidade, a qualidade e a responsabilização dos dados sobre as crianças que não frequentam a escola, a fim de acelerar os esforços para combater a exclusão escolar e melhorar o acesso a um ensino de qualidade.

Do mesmo modo, os serviços de protecção da criança ainda não aumentaram devido a um compromisso intersectorial limitado entre os principais intervenientes do sector para resolver a questão do VAC, apesar das leis existentes e dos procedimentos operacionais normalizados. Subsequentemente, os casos não são encaminhados de forma consistente para os serviços relevantes e os dados não são agregados para fornecer uma imagem exacta da situação. O envolvimento do MASFAMU na Reunião Ministerial Global sobre o Fim do VAC na Colômbia e o

trabalho preparatório com o SRSRG sobre o VAC foram, portanto, fundamentais para levantar esta questão e posicioná-la como um dos principais compromissos do Governo.

Disparidades no acesso e na qualidade dos serviços de saúde nas províncias

Apesar dos sucessos notáveis, as lacunas persistentes em termos de equidade, particularmente em áreas remotas, continuaram a ser um desafio em 2024. O programa de imunização de Angola é um exemplo. O declínio no número de províncias que alcançaram uma cobertura Penta de 80 por cento ou mais, caiu de 69 dos 164 municípios em 2023 para apenas 50 em 2024. Isto indica que, embora tenha havido sucesso nas campanhas de vacinação contra a poliomielite, os serviços de imunização de rotina tiveram dificuldade em chegar a certas populações, especialmente em províncias difíceis de alcançar.

Olhando para o futuro, a ONU concentrar-se-á na defesa e no apoio técnico para aumentar os serviços de saúde integrados através dos cuidados de saúde primários, dando prioridade às populações carenciadas e vulneráveis para garantir um acesso equitativo. A defesa de maiores investimentos em infra-estruturas da cadeia de frio, a aquisição atempada de vacinas e a aprovação do Plano Estratégico de Saúde Comunitária continuarão a ser uma prioridade.

Recursos humanos e capacidade institucional

A implementação do programa-piloto AIC no sector da educação revelou desafios, incluindo sistemas de supervisão fracos e lacunas significativas na capacidade dos professores, que podem ter impacto na implementação do programa. No futuro, o apoio técnico para assegurar a ligação entre os sistemas políticos e a sala de aula será fundamental para avaliar a eficácia e a viabilidade deste modelo inovador para resolver a crise de aprendizagem em Angola. Do mesmo modo, a sobreposição de prioridades na área da saúde, como as múltiplas rondas de campanhas de vacinação contra a poliomielite, sobrecarregou os recursos humanos e institucionais, que já se encontravam dentro da sua capacidade, impedindo o MINSA de investir mais em iniciativas de saúde materna e neonatal e em nutrição. A assistência técnica e a defesa de políticas continuarão a desempenhar um papel vital no apoio ao MINSA para resolver estes estrangulamentos sistémicos.

Lacunas de capacidade nas OSC relacionadas com o género

Há relativamente poucos parceiros das OSC com experiência na implementação de intervenções sobre questões relacionadas com o género em Angola. A ONU intensificou esforços em 2024 para identificar mais parceiros locais, ou seja, organizações lideradas por jovens e mulheres, para se empenharem na igualdade de

género e apoiarem mulheres e raparigas vulneráveis. No entanto, verificou-se que a capacidade destas organizações era limitada, pelo que as agências da ONU organizaram uma série de sessões de reforço das capacidades em matéria de género, direitos humanos e competências de comunicação. Embora exista um claro empenho em integrar a igualdade de género, o empoderamento das mulheres e os direitos humanos na programação, continua a haver necessidade de estratégias sensíveis ao género e de intervenções adaptadas para melhorar o acesso aos recursos, as oportunidades económicas e o poder de decisão das famílias chefiadas por mulheres. No futuro, será prestado apoio e assistência técnica para reforçar as capacidades locais em matéria de programação transformadora das questões de género, a fim de garantir a concretização dos direitos das mulheres e das raparigas vulneráveis.

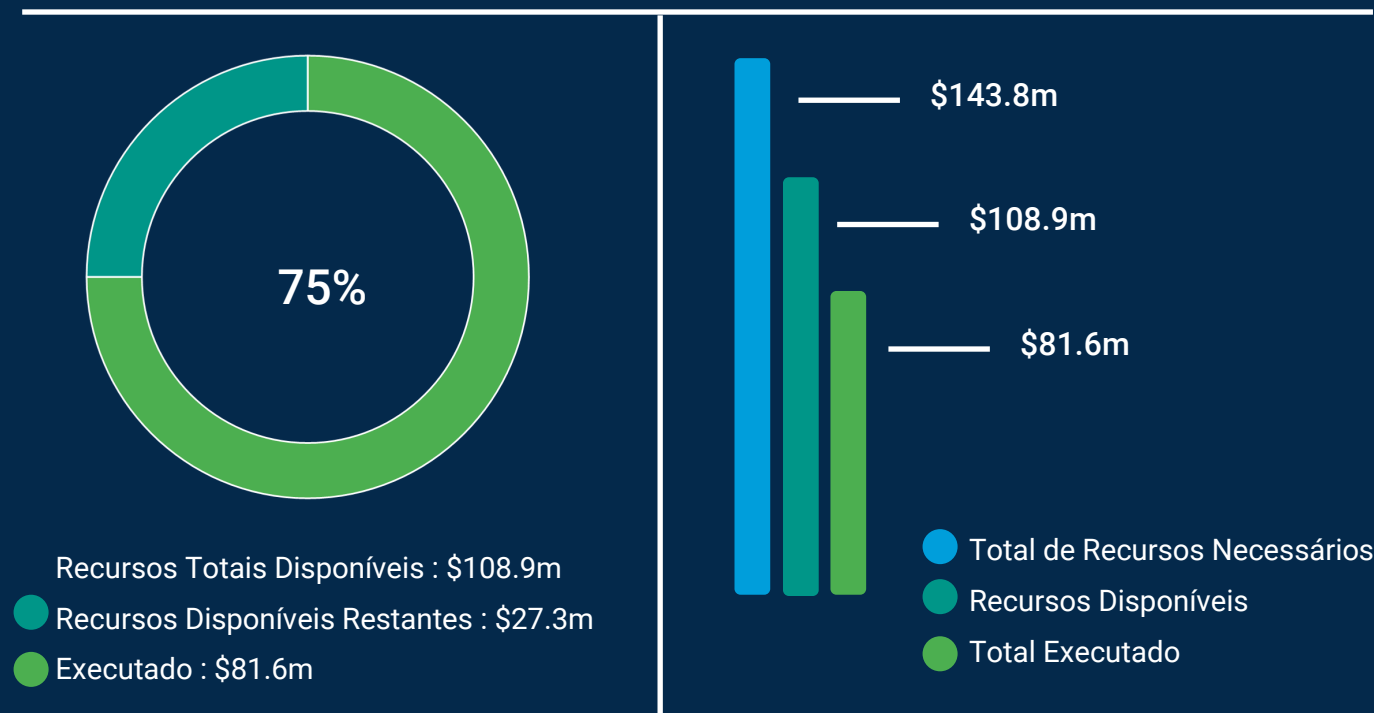
As restrições financeiras limitam os orçamentos e a execução das políticas

O espaço fiscal limitado em Angola constituiu um desafio para a tradução das principais recomendações e pontos de acção da advocacia baseada em provas em políticas concretas e na implementação de acções de recolha de dados, protecção social e finanças públicas. Este desafio é ainda mais acentuado pelo elevado peso do serviço da dívida, bem como pela dimensão da economia informal. A realidade demográfica de 1,3 milhões de crianças nascidas por ano é frequentemente citada como outro obstáculo à expansão dos serviços sociais ao ritmo necessário e em conformidade com os objectivos internacionais em matéria de investimentos e orçamentos para os sectores. A insuficiente verba para fazer face aos desafios da saúde e da nutrição é um exemplo desta problemática.

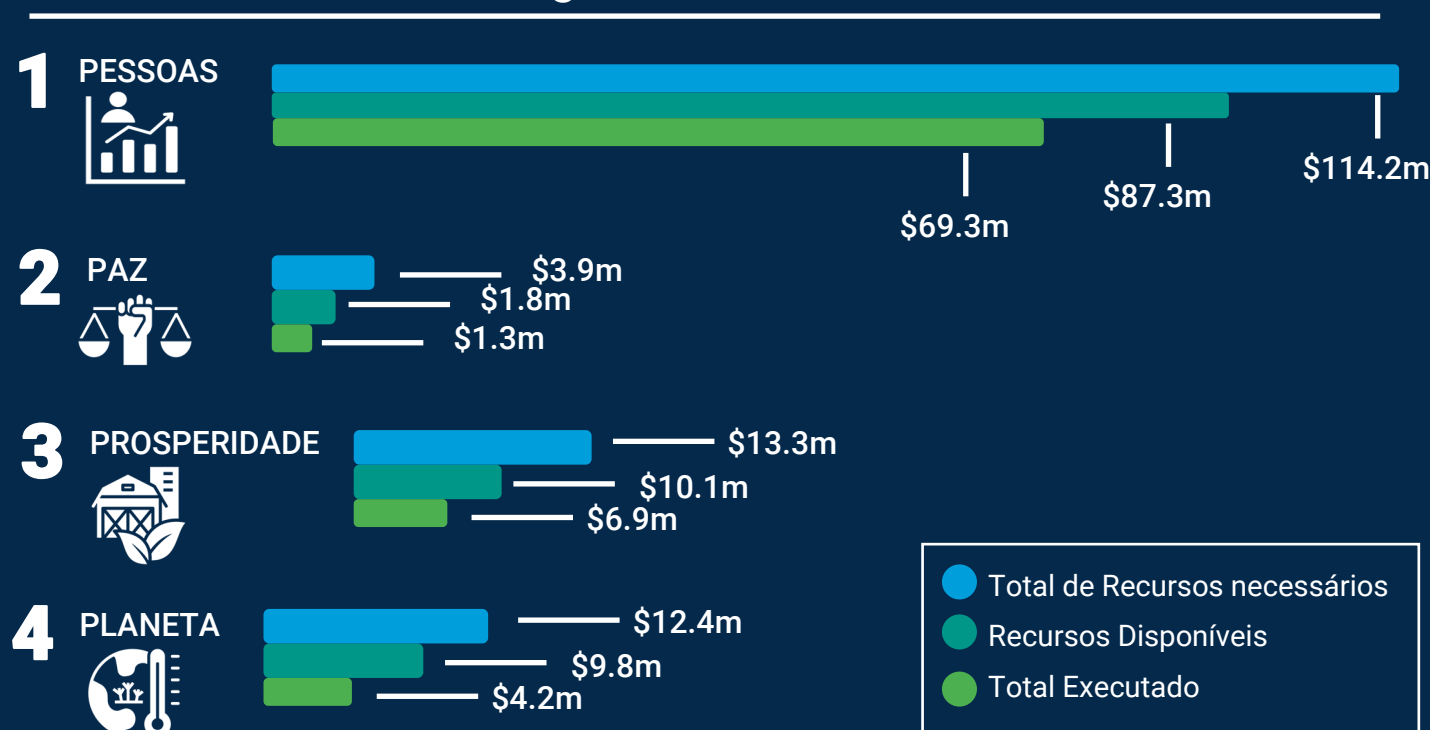
Apesar dos resultados positivos obtidos em 2024, com o aumento dos orçamentos para programas-chave como o Programa Nacional de Imunização e o Programa de Saúde Comunitária, a prevalência do atraso no crescimento continua a ser muito elevada. A luta contra o atraso no crescimento exige um compromisso e uma coordenação de alto nível e multisectorial. As Nações Unidas podem apoiar as estruturas a nível provincial para gerar provas para as crianças e rever a orçamentação das finanças públicas e as despesas com a saúde e a nutrição para apoiar decisões e investimentos informados, mas é necessário um investimento significativo do Governo e a definição de prioridades. São também necessárias estratégias sensíveis ao género e intervenções adaptadas para melhorar o acesso aos recursos, as oportunidades económicas e o poder de decisão das famílias chefiadas por mulheres, bem como a integração de considerações de género na formação e no desenvolvimento de políticas nacionais para melhorar os resultados políticos e operacionais.

2.5 PANORAMA FINANCEIRO E MOBILIZAÇÃO DE RECURSOS

Orçamento e Gastos Totais



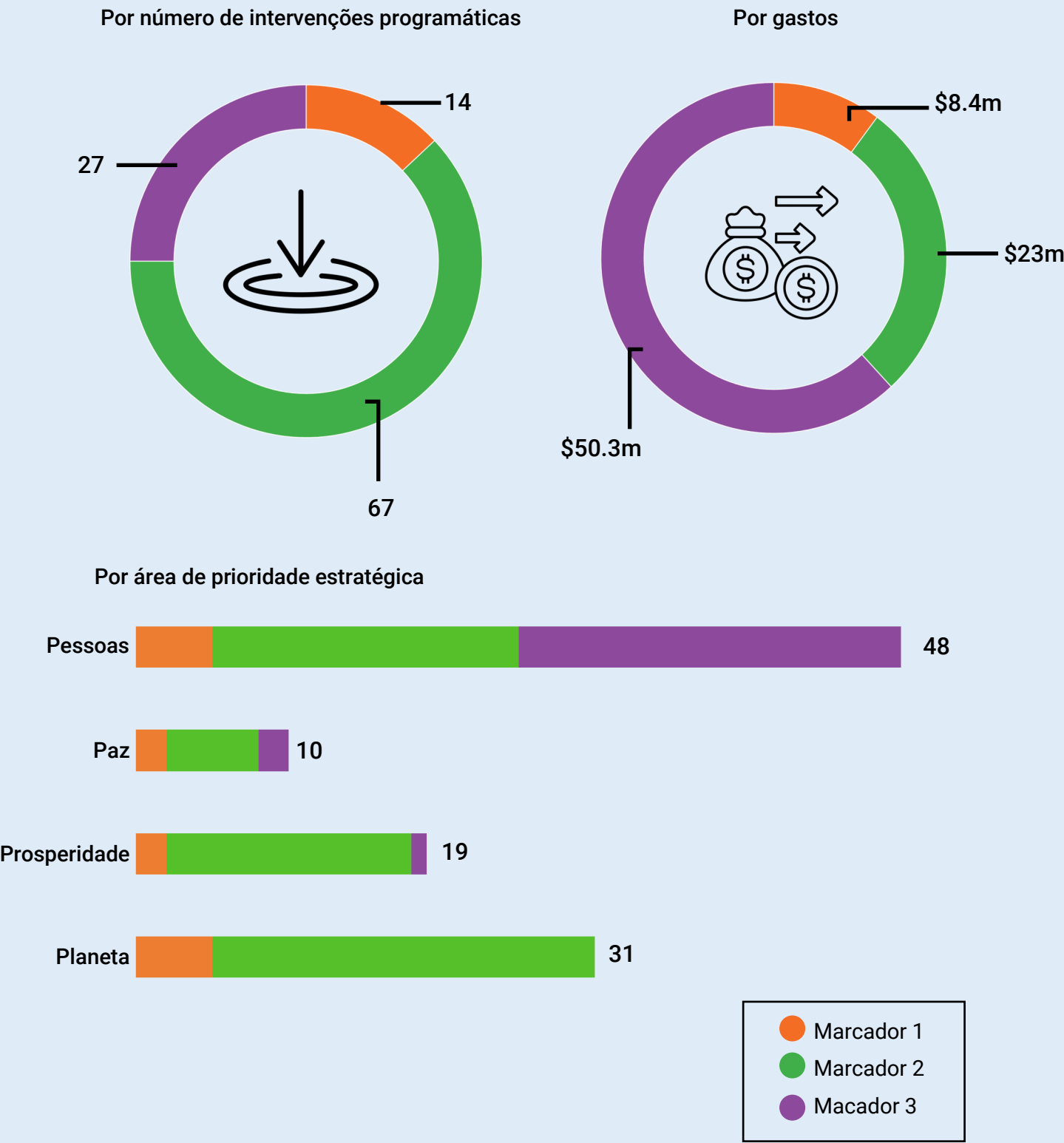
Gastos Por Área Estratégica Prioritária



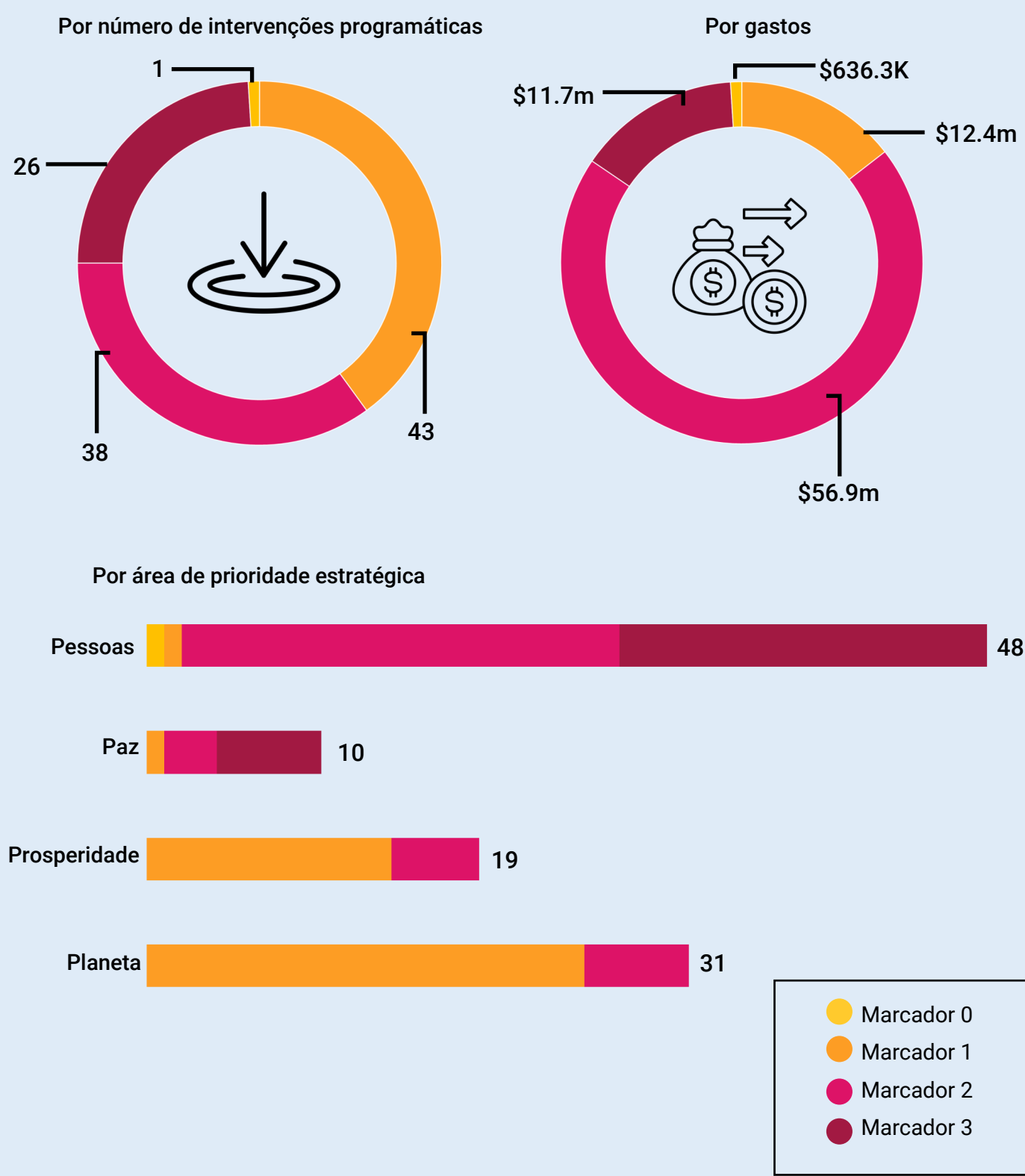
Gastos por ODS



Marcador de género



Marcador de direitos humanos



Mobilização de recursos

Imagem: ©UNICEF

A experiência da ONU em Angola inclui a ajuda ao governo para aceder e absorver os empréstimos assinados (Banco Mundial, AFDB). O financiamento multilateral preenche lacunas críticas e foi direccionado para áreas subfinanciadas, como a assistência alimentar de emergência, a resiliência, as iniciativas de reforço das capacidades e o desenvolvimento de infra-estruturas. O Banco Mundial, por exemplo, está actualmente a investir no reforço dos sistemas de saúde através de uma combinação de desenvolvimento das capacidades humanas e de construção de infra-estruturas. A ONU entregará as três fábricas de oxigénio medicinal financiadas pelo Banco Mundial, que serão construídas em três hospitais provinciais.

A ONU procura desbloquear mais financiamento do sector privado para a aceleração dos ODS em Angola. Os recentes compromissos com os sectores bancário, de telecomunicações e de petróleo e gás demonstraram uma forte vontade das empresas do sector privado em ajudar a melhorar o bem-estar da população angolana. As agências da ONU posicionar-se-ão como conectores entre os recursos do sector privado e as necessidades de desenvolvimento, trabalhando dentro dos parâmetros da sua política de diligência devida.

As agências da ONU continuam a prestar apoio ao desenvolvimento organizacional às organizações da sociedade civil envolvidas em projectos para diversificar o sector da sociedade civil financiado pelos doadores. A abordagem subnacional do Fundo Global e o Projecto FRESAN conduziram a novas relações com os Governadores e Vice-Governadores Provinciais, e os seus Gabinetes de Saúde e Protecção Civil, nas províncias do Cunene, Namibe, Huíla, Benguela e Cuanza Sul. A ONU continuou a ser o principal beneficiário das subvenções do Fundo Global em Angola para o ciclo de financiamento 2024-2027 (no valor de \$126 milhões de dólares americanos, mais 65 por cento do que no ciclo anterior).

No que diz respeito ao apoio aos refugiados e aos requerentes de asilo, os esforços de mobilização de recursos em Angola continuam a basear-se principalmente no apoio dos governos, com contribuições significativas dos Estados Unidos, Alemanha, Japão e Portugal. O Governo de Angola também presta apoio financeiro, reforçando o seu empenho na protecção dos refugiados e dos requerentes de asilo. No entanto, em 2024, iniciou-se o envolvimento com o sector privado, particularmente no sector agrícola, que apresenta oportunidades para a inclusão

de refugiados em iniciativas de subsistência sustentável na Lunda-Norte. Os intervenientes da indústria mostraram vontade de apoiar a integração económica, o desenvolvimento de competências e o acesso aos mercados, reforçando a estratégia mais ampla das Nações Unidas de autossuficiência e de reforço da capacidade de resistência das populações deslocadas. Além disso, as contribuições financeiras da Igreja de Jesus Cristo dos Santos dos Últimos Dias e da Associação Japonesa do PAM permitiram a continuação da assistência alimentar e nutricional que salvou vidas e o reforço da capacidade de resistência das pessoas afectadas por choques contra choques.

Para o futuro, a ONU pretende diversificar a sua base de doadores, reforçar a cooperação com instituições financeiras e parceiros de desenvolvimento, e expandir o envolvimento com o sector privado para desbloquear financiamento e recursos adicionais para soluções duradouras em Angola.

O financiamento multilateral preenche lacunas críticas e foi direccionado para áreas subfinanciadas, como a assistência alimentar de emergência, a resiliência, as iniciativas de reforço das capacidades e o desenvolvimento de infra-estruturas.

Capítulo 3

*Foco principal da Equipa da ONU
no país para o próximo ano*

- **Alcançar as crianças com dose zero e as populações carenciadas, apoiando** a implementação e a monitorização de intervenções de imunização específicas e apoiando o governo na finalização de uma Estratégia Nacional de Imunização com custos que orientará o planeamento e o investimento a longo prazo.
- **Defender a aprovação do Plano Estratégico de Saúde Comunitária** e acelerar a implementação de programas de formação para mentores e prestadores de cuidados de saúde.
- **Finalizar e procurar obter aprovação para a Estratégia de Saúde Sexual, Reprodutiva, Materna, Neonatal, Infantil e do Adolescente**, juntamente com o Plano de Acção Todos os Recém-Nascidos actualizado, para reforçar os quadros políticos que orientam os cuidados de saúde abrangentes para crianças e adolescentes.
- **Apoiar a transformação digital e a programação sensível ao género** para expandir os serviços de saúde materna e dos adolescentes, a imunização e a nutrição.
- **Facilitar a cooperação Sul-Sul** nos domínios da alimentação escolar, da segurança alimentar, da análise de dados nutricionais e da resposta à subnutrição aguda.
- **Fornecer serviços de cadeia de abastecimento eficientes e de alta qualidade** às instituições governamentais e aos intervenientes humanitários e de desenvolvimento, a fim de garantir que os fornecimentos médicos que salvam vidas cheguem à lugares recônditos, reforçando simultaneamente os sistemas de cadeia de abastecimento de saúde pública para melhor preparar e responder a futuros choques.
- **Desenvolver uma estratégia e um roteiro claros com uma forte componente de reforço das capacidades, juntamente com um financiamento plurianual dedicado à Aprendizagem Fundamental e à Numeracia**, continuando a defender o aumento das verbas do Estado.
- **Planear avaliações formativas do programa** para fornecer informações valiosas sobre os principais factores que determinam o êxito e os desafios do programa, assegurando decisões mais informadas para a futura expansão.
- **Reforçar as parcerias com os principais ministérios** para garantir um alinhamento estreito com o Plano de Desenvolvimento Nacional 2023-2027 e a Estratégia de Longo Prazo 2050 do país.
- **Desenvolver a capacidade das organizações lideradas por jovens e mulheres** para criar um movimento a favor da igualdade de género e apoiar as raparigas adolescentes vulneráveis.
- **Apoiar o processo de actualização do Relatório da Contribuição Nacionalmente Determinada (NDC) de Angola para 2025 e o desenvolvimento do Plano Nacional de Adaptação (PNA)**, a fim de garantir que as necessidades específicas e o impacto desproporcionado sentido pelas mulheres, jovens e crianças sejam reflectidos nas políticas relacionadas com o clima e resolver os estrangulamentos relacionados com a disponibilidade de dados climáticos.
- **Estabelecer a plataforma integrada de dados sobre riscos climáticos e vulnerabilidade** para Angola e apoiar a operacionalização do Observatório Nacional do Clima, conforme previsto no Plano de Desenvolvimento Nacional 2023-27.
- Reconhecendo a vulnerabilidade de Angola aos choques climáticos, **apoiar o Governo na implementação de medidas de adaptação às alterações climáticas e de redução do risco de desastres** para combater a insegurança hídrica e alimentar.

Imagem: ©UNDP



Acrónimos

ACNUDH	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Direitos Humanos
ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
AfriYAN	Rede Africana de Jovens e Adolescentes sobre População e Desenvolvimento
AGBFI	Iniciativa de Financiamento e Negócios Verdes em África
AIC	Aprender na Altura Certa
AIPEX	Agência de Investimento e Promoção das Exportações
AISS	Associação Internacional de Segurança Social
AVSAN	Avaliação da Segurança Alimentar e da Vulnerabilidade Nutricional
BAD	Banco Africano de Desenvolvimento
BEI	Banco Europeu de Investimento
CCA	Adaptação às Alterações Climáticas
CDC EUA	Centros de Controlo e Prevenção de Doenças dos EUA
CDN	Contribuições Determinadas a Nível Nacional
CEDAW/CEDMU	Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres
CETAC	Centro de Ecologia Tropical e Alterações Climáticas
CIERNDH	Comissão Intersectorial para a Elaboração dos Relatórios Nacionais de Direitos Humanos
IPC	Classificação Integrada de Fases de Segurança Alimentar
AML/CFT	Prevenção do Branqueamento de Capitais e Financiamento do Terrorismo
CONSAN	Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CSW/ONU	Comissão sobre o Estatuto da Mulher
DPI	Desenvolvimento da Primeira Infância
ECA	Escola de Campo para Agricultores
ECP	Planalto Central Alargado
ENSAN II	Estratégia Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional II
DNFBPs	Actividades e Profissões Não Financeiras Designadas
ESA	Educação Sexual Abrangente
FAO	Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
FNUAP	Fundo das Nações Unidas para a População
FONAS	Fórum Nacional da Água e do Saneamento
FRESAN	Reforço da Resiliência e da Segurança Alimentar e Nutricional
FVC	Fundo Verde para o Clima
GAFI	Grupo de Acção Financeira Internacional
GAVI	Aliança para Vacinas
GEF	Fundo Global para o Ambiente
GF	Fundo Global
GenU	Geração Sem Limites
GEPE	Gabinete de Estudos, Planeamento e Estatística
GITEPS	Grupo Intersectorial de Estatísticas de Protecção Social de Angola
GPEI/OMS	Iniciativa Global para a Erradicação da Poliomielite

GRF	Fórum Global sobre Refugiados
IA	Inteligência Artificial
IA2030	Compromisso de Angola alinhado com a Agenda de Imunização 2030
IBBS	Vigilância Biológica e Comportamental Integrada
IBBSS	Inquérito Integrado de Vigilância Biológica e Comportamental
DHS	Inquérito Demográfico e de Saúde
IIPE	Instituto Internacional de Planeamento Educacional
IMS	Sistema de Gestão de Informação
INE	Instituto Nacional de Estatística
INFF	Quadro Integrado de Financiamento Nacional
INSS	Instituto Nacional de Segurança Social de Angola
IST	Infecções Sexualmente Transmissíveis
JEE	Avaliação Conjunta Externa
JICA	Agência de Cooperação Internacional do Japão
LDCF	Fundo para os Países Menos Desenvolvidos
LEG	Grupo Local de Educação
LGBTI	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgéneros e Intersexo
LHRCs	Comités Locais de Direitos Humanos
MAG	Malnutrição Aguda Grave
MAPTSS	Ministério da Administração Pública, Trabalho e Segurança Social
MASFAMU	Ministério da Acção Social, Família e Promoção da Mulher
MAT	Ministério da Administração do Território
MATlab	Laboratório de Ideias do Ministério da Administração do Território
MED	Ministério da Educação
MINAGRIF	Ministério da Agricultura e Florestas
MINAMB	Ministério do Ambiente
MINDENVP	Ministério da Defesa Nacional e Veteranos da Pátria
MINEA	Ministério da Energia e Águas
MININT	Ministério do Interior
MINJUD	Ministério da Juventude e Desportos
MINJUSDH	Ministério da Justiça e Direitos Humanos
MINPERMAR	Ministério das Pescas e Recursos Marinhos
MINPLAN	Ministério do Planeamento
MINSa	Ministério da Saúde
MIREX	Ministério das Relações Exteriores
MPI	Índice de Pobreza Multidimensional
MPMEs	Micro, Pequenas e Médias Empresas
Mpox	Varíola dos Macacos

Acrónimos

NAP	Plano Nacional de Adaptação
NAPHS	Plano Nacional de Acção para Segurança Sanitária
NASA	Administração Nacional de Aeronáutica e Espaço dos EUA
nOPV2	Vacina Oral Nova contra a Poliomielite Tipo 2
NRA	Autoridade Nacional Reguladora de Medicamentos e Produtos Médicos de Angola
OALes	Órgãos de Administração Local do Estado
OCHA	Gabinete das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários
ODS	Objectivos de Desenvolvimento Sustentável
OEI	Observatório da Economia Informal
OGA	Observatório de Género de Angola
OGE	Orçamento Geral do Estado
OIM	Organização Internacional para as Migrações
OIT	Organização Internacional do Trabalho
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Nações Unidas
ONU Mulheres	ONU Mulheres (Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres)
ONUSIDA	Programa Conjunto das Nações Unidas sobre VIH/SIDA
OPHI	Iniciativa de Oxford sobre Pobreza e Desenvolvimento Humano
OSC	Organização da Sociedade Civil
OSESG-GL	Enviado Especial do Secretário-Geral da ONU para a Região dos Grandes Lagos
PAM	Programa Alimentar Mundial
PAT	Projecto Aprendizagem para Todos II
PBWG	Mulheres e Raparigas Grávidas e em Aleitamento
PDN	Plano de Desenvolvimento Nacional
PCR	Reacção em Cadeia da Polimerase
PENTA1	Primeira Dose da Vacina Pentavalente
PENTA2	Segunda Dose da Vacina Pentavalente
PGE	Parceria Global para a Educação
PGR	Procuradoria-Geral da República
PIB	Produto Interno Bruto
PLANIAPED	Plano para a Inclusão e Apoio às Pessoas com Deficiência
PLHIV	Pessoas que Vivem com VIH
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PrEP	Profilaxia Pré-Exposição
PSM	Gestão de Aquisições e Abastecimento
PwD	Pessoas com Deficiência
RAPP	Recenseamento Agro-Pecuário e Pescas
RBA	Gabinete Regional para África

rCSI	Índice de Estratégias de Coping Baseadas no Consumo
RDC	República Democrática do Congo
RSD	Determinação do Estatuto de Refugiado
RTCs	Centros de Transformação Rural
SADC	Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
SADP-C&H-SAMAP	Projecto de Agricultura Familiar e Comercialização
SAHOP	Procuradores da África Austral
SAMAP	Projecto de Desenvolvimento e Comercialização da Agricultura Familiar
SBC	Mudança Social e de Comportamento
SME	Serviço de Migração e Estrangeiros
SNFs	Alimentos Nutricionais Especializados
SREP	Projecto de Reforço da Resiliência dos Pequenos Agricultores
SRHR	Saúde e Direitos Sexuais e Reprodutivos
STLC	Saneamento Total Liderado pela Comunidade
SYP	Programa de Salvaguarda à Juventude
TA	Assistência Técnica
TaRL	Ensino no Nível Certo
TB	Tuberculose
TDO	Terapia Observada Directamente
UA	União Africana
UNCAC	Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção
UNCT	Equipa das Nações Unidas no País
UNDESA	Departamento das Nações Unidas para Assuntos Económicos e Sociais
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância
UNODC	Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime
UNSDCF	Quadro de Cooperação das Nações Unidas para o Desenvolvimento Sustentável
UNTOC	Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional
UPR	Revisão Periódica Universal
VAC	Violência contra Crianças
VBG	Violência Baseada no Género
VIH-SIDA	Vírus da Imunodeficiência Humana/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida
VOLREP	Programa de Repatriação Voluntária da ONU
VPH	Vírus do Papiloma Humano
VPI	Iniciativa Piloto Voluntária
WASH	Água, Higiene e Saneamento
WFP	Programa Alimentar Mundial
WHO	Organização Mundial de Saúde
ZAEC	Iniciativa para o Zoneamento Agroecológico

Imagem de Capa: ©UNICEF Angola

CONTACTE-NOS :

Nações Unidas Angola
Condomínio Rosalinda
Edifício das Nações Unidas
Estrada Direta da Samba
Luanda, Angola

 <https://angola.un.org/>

  @AngolaONU



NAÇÕES UNIDAS
ANGOLA

.....



OBJETIVOS
DE DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL